



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

VIVIAN CAROLINA JACOB COSTA GAGLIARDI

**A PERCEÇÃO DE IMPEDIMENTO E EMANCIPAÇÃO:  
UM ESTUDO COM PROFESSORES EM UMA ESCOLA DA  
REDE PÚBLICA ESTADUAL NA CIDADE DE LONDRINA-PR**

---

Londrina  
2013

VIVIAN CAROLINA JACOB COSTA GAGLIARDI

**A PERCEPÇÃO DE IMPEDIMENTO E EMANCIPAÇÃO:  
UM ESTUDO COM PROFESSORES EM UMA ESCOLA DA  
REDE PÚBLICA ESTADUAL NA CIDADE DE LONDRINA-PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina – PPGA/UEL como requisito parcial para obtenção do título de mestre

Orientador: Prof. Dr. Saulo Fabiano Amâncio Vieira

Londrina  
2013

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da  
Universidade Estadual de Londrina**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

G135p      Gagliardi, Vivian Carolina Jacob Costa.  
A percepção de impedimento e emancipação : um estudo com professores em  
uma escola da rede pública estadual na cidade de Londrina-Pr / Vivian Carolina  
Jacob Costa Gagliardi. – Londrina, 2013.  
102 f. : il.

Orientador: Saulo Fabiano Amâncio Vieira.  
Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de  
Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em  
Administração, 2013.  
Inclui bibliografia.

1. Teoria da organização – Teses. 2. Saúde e trabalho – Teses. 3. Professores –  
Saúde e trabalho – Teses. 4. Clima organizacional – Teses. I. Vieira, Saulo Fabiano  
Amâncio. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais  
Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDU 658.01

VIVIAN CAROLINA JACOB COSTA GAGLIARDI

**A PERCEPÇÃO DE IMPEDIMENTO E EMANCIPAÇÃO:  
UM ESTUDO COM PROFESSORES EM UMA ESCOLA DA REDE  
PÚBLICA ESTADUAL NA CIDADE DE LONDRINA-PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina – PPGA/UEL como requisito parcial para obtenção do título de mestre

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Saulo Fabiano Amâncio Vieira  
UEL – Londrina - PR

---

Prof. Dr. Benilson Borinelli  
UEL – Londrina - PR

---

Profa. Dra. Fabiula Meneguete Vides da Silva  
UEL – Londrina - PR

Londrina, 9 de abril de 2013.

“Uma sociedade emancipada não seria um Estado unitário, mas a realização da universalidade na reconciliação das diferenças.”

Theodor Adorno

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a toda minha família e amigos sempre presentes e prontos a me atender com todo suporte e motivação quanto imaginável. Obrigada pelo apoio incondicional.

Minha eterna gratitude aos meus pais, Wagner e Marina.

Ao meu esposo, Everson, sempre presente.

Às minhas filhas, Laura e Olivia, as quais me motivam a cada dia e me fazem ver um mundo sempre melhor.

Aos meus professores que tanto me instigam a pensar, refletir e não aceitar somente a reflexão, mas à partir da reflexão, agir pelo coletivo.

Ao meu orientador, Saulo, por ter aceitado o desafio apesar das nossas diferenças, pois a diferença constroi as possibilidades.

Aos colegas do mestrado que sempre estiveram prontos à colaboração.

Aos professores participantes da pesquisa, por terem compartilhado de forma tão gentil um pouco de suas vidas em prol desta pesquisa.

E a Deus. Sem Ele nada é possível....

GAGLIARDI, Vivian Carolina Jacob Costa. **A percepção de impedimento e emancipação**: um estudo com professores em uma escola da rede pública estadual na cidade de Londrina-PR. 2013. 102 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

## RESUMO

O presente estudo tem como premissas compreender a percepção de professores de uma escola da rede pública estadual na cidade de Londrina/PR em relação aos possíveis impedimentos no ambiente de trabalho, assim como suas consequências para o processo emancipatório do indivíduo. A referida discussão passa pelos múltiplos aspectos que envolvem a situação de trabalho no campo proposto e suas questões de autonomia e consequências a longo prazo à saúde dos professores constituindo-se em um estudo cujo debate é apresentado como resultado de um *focus group* analisado à luz da Teoria Crítica mais especificamente seu conceito de emancipação e ao conceito de impedimento do ofício maltratado de Clot (1995). Considerando o fato de que esta pesquisa tem como base a Teoria Crítica e suas nuances, é natural que a mesma seja de natureza qualitativa. Foi feito um corte transversal onde um grupo de professores da rede estadual de ensino na cidade de Londrina foi entrevistado a partir de um *focus*. Observou-se que apesar de impedidos, os professores pesquisados não se sentem como tal, o que leva à possibilidade de uma pseudo-emancipação, ou seja, estão em situação de impedimento e consequentemente não emancipados.

**Palavras-chave:** Emancipação. Impedimento. Professor. Percepção.

GAGLIARDI, Vivian Carolina Jacob Costa. **The perception of impediment and emancipation**: a study with teachers at a state school in Londrina-PR. 2013. 102 p. Dissertation (Master's degree in Business Administration) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

### **ABSTRACT**

This study is based on understanding the perception of teachers in a public school in the city of Londrina / PR regarding possible impediments in the workplace, as well as their consequences for the individual's emancipatory process. This discussion goes through many aspects involving the work situation in the proposed field and their autonomy issues as well as possible long-term consequences to their health. The debate is presented as a result of a focus group examined in the light of the Critical Theory more specifically its emancipation concept and Clot's (1995) impediment concept of mistreated workmanship. Considering the fact that this research is based on the Critical Theory and its nuances, it is only natural that it is of a qualitative nature. A cross-sectional study was conducted where a group of teachers from a state school in the city of Londrina participated in a focus group. It was observed that although the researched teachers live under impediment, they do not feel as if they are, which leads to the possibility of a pseudo-emancipation, in other words, they are not emancipated.

**Keywords:** Emancipation. Impediment. Teacher. Perception.



## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Dimensão da regulação-mudança radical.....	16
<b>Quadro 2</b> – Síntese dos conceitos de emancipação e impedimento.....	42
<b>Quadro 3</b> - Síntese Metodológica.....	60
<b>Quadro 4</b> - Normas e Regras e suas Consequências para a Autonomia dos Participantes .....	68
<b>Quadro 5</b> - Emancipação Versus Relações Sociais Vigentes .....	69
<b>Quadro 6</b> - Impedimento e as suas Consequências Bloqueadoras de Ações.....	70
<b>Quadro 7</b> – Relação entre Ambiente Organizacional e os Impedimentos Psicológicos .....	71
<b>Quadro 8</b> – Re-escolha da Profissão .....	72
<b>Quadro 9</b> – Visão dos Pesquisado em Relação ao Próprio Ofício.....	73

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	10
1.1	OBJETIVOS	13
1.1.1	Geral	13
1.1.2	Específicos	13
1.2	RELEVÂNCIA/JUSTIFICATIVA	13
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>	16
2.1	TEORIA CRÍTICA E O CONCEITO DE EMANCIPAÇÃO	16
2.2	IMPEDIMENTO	25
2.3	REVISÃO EMPÍRICA	33
2.3.1	Emancipação	34
2.3.2	Impedimento	41
2.4	CONSTRUCTOS	41
2.5	O TRABALHO DOCENTE NA ESCOLA PÚBLICA	43
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	49
3.1	CLASSIFICAÇÃO GERAL DA PESQUISA	49
3.2	COLETA DE DADOS	51
3.2.1	Unidade de Análise	52
3.2.2	Instrumentos de Coleta dos Dados	55
3.3	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS	57
3.4	LIMITAÇÕES DA PESQUISA	59
3.5	SÍNTESE DA ESTRATÉGIA METODOLÓGICA	59
<b>4</b>	<b>APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS</b>	61
4.1	DESCRIÇÃO DOS DADOS EM FACE AOS OBJETIVOS DA PESQUISA	61
4.1.1	Motivos pelos quais Ingressaram na Carreira Docente	61
4.1.2	Conhecimento em Relação aos Possíveis Impedimentos e suas Consequências para o Ambiente Organizacional e para o Indivíduo (Professor)	62
4.1.3	Relações Verificação e Possíveis Causas de Afastamentos Médicos por parte dos Docentes	63

4.2	ANÁLISE DOS DADOS À LUZ DOS CONCEITOS DA EMANCIPAÇÃO E IMPEDIMENTO.....	68
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>74</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>78</b>
	<b>APÊNDICES .....</b>	<b>85</b>
	APÊNDICE A - AP- Roteiro de discussão para <i>focus group</i> com professores da rede estadual de ensino em Londrina .....	86
	APÊNDICE B - Transcrição do <i>focus group</i> .....	87
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>96</b>
	ANEXO A - Campanha Estadual de saúde da APP ANO 2012.....	97
	ANEXO B - Atlas ambiental da cidade de Londrina – Escolas Estaduais .....	98
	ANEXO C - Atlas ambiental da cidade de Londrina – Síntese de variáveis sociais, econômicas e ambientais.....	99
	ANEXO D - Atlas ambiental da cidade de Londrina – Escolas Estaduais .....	100
	ANEXO E - Atlas ambiental da cidade de Londrina – Síntese de variáveis sociais, econômicas e ambientais.....	101
	ANEXO F - Termo de sigilo .....	102

## 1 INTRODUÇÃO

“A dualidade entre fatos e decisões leva à validação do conhecimento fundado nas ciências da natureza e desta forma elimina-se a práxis vital do âmbito destas ciências. A divisão positivista entre valores e fatos, longe de indicar uma solução, define um problema.”

Jürgen Habermas

Vive-se em tempos regidos pela abordagem funcionalista, a qual objetiva o lucro onde o indivíduo é considerado um mero meio de alcance da tão almejada lucratividade máxima. O mesmo se aplica até em campos primariamente paradoxais como o campo da educação, onde o aluno tem se tornado em mero meio de captação de recursos financeiros tanto na esfera pública quanto na esfera privada. Uma das alternativas ao modelo hegemônico aponta para a Teoria Crítica que de acordo com Vieira e Caldas (2006), trouxe uma alternativa epistemológica ao *mainstream* funcionalista e positivista. Os princípios desta teoria vão totalmente a favor das questões da educação: orientação para a emancipação do homem na sociedade, isto é, permite que o homem compreenda a sociedade e aja não se limitando a compreender o mundo, mas examinando-o a fim de encontrar possibilidades e manutenção de comportamento crítico frente a tudo que existe, sem se conformar com o que é dado como descrição do real.

De acordo com Paula (2008), a Teoria Crítica tem seu início nos estudos do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt fundado em 1928 tendo como uma de suas fontes de inspiração o marxismo quando Marx defende a perspectiva de transformação social e posiciona-se como um humanista e historicista por meio da crítica à economia política clássica. O papel da Teoria Crítica seria por meio do pessimismo prático, criar uma tensão dialética que impulsionasse os homens para uma nova ordem.

Um dos trabalhos da Escola de Frankfurt é *Dialética do Esclarecimento*, de Adorno e Horkheimer (1985), o qual levanta a questão da razão iluminista, a qual foi concebida como processo emancipatório, mas que na verdade, se transformou em um processo de instrumentalização para a dominação e repressão do homem. Nobre (2004) explica que não cabe à Teoria Crítica limitar-se a dizer como as coisas funcionam, mas analisar o funcionamento concreto delas à

luz de uma emancipação ao mesmo tempo concretamente possível e bloqueada pelas relações sociais vigentes.

Dentre as muitas possibilidades de estudo oferecidas pela Teoria Crítica, há um nicho pouco visitado por seu caráter recente e brevemente pesquisado no Brasil, o impedimento no trabalho, sendo que não há evidências de exploração do tema do ponto de vista do professor da rede pública estadual na cidade de Londrina, muito menos numa interface com os estudos do meio acadêmico da Administração no Brasil. O impedimento tem sido pesquisado nacionalmente por Sznelwar, Mascia e Bouyer mais em relação à ergonomia física no campo dos bancários e operadores de *call centers*. Encontra-se pouco material sobre o tema na área psicológica e mental e nada em relação à educação pública e seus professores.

É possível encontrar em pesquisa no *ProQuest*, *Web of Science* e periódicos CAPES, dissertações e teses na área da Educação discutindo a Teoria Crítica, mas sem pesquisas empíricas, assim como dissertações e teses na área da Administração voltadas à Teoria Crítica, mas sem a interface com a educação pública fundamental e média, muito menos em relação ao impedimento, o qual tem sido mais estudado em relação às questões emocionais e ergonômicas em organizações privadas. Salienta-se também que não foram encontrados trabalhos de pesquisa em impedimento na esfera pública e nem na área da educação.

O impedimento pode ser levantado como uma das causas de sofrimento no trabalho e conseqüentemente de afastamento por questões de saúde. Bouyer (2004) explica que o ambiente organizacional tem que se desprover de quaisquer impedimentos psicológicos, sendo que constrangimentos e restrições são as maiores fontes de sofrimento no trabalho. De acordo com Sznelwar, Mascia e Bouyer (2006, p. 28-29), impedimento é um processo que faz com que a ação seja dificultada, paralisada, bloqueada, inibida ou feita um obstáculo à execução de uma ação. O conceito de impedimento se aplica quando o sujeito não tem outra escolha a não ser aquela de ceder, parar de fazer, para de funcionar, para de ser.

Levando tal perspectiva para o ambiente escolar público de ensino fundamental e médio, é possível constatar que o mesmo tem sido tema constante de discussão em sociedade devido a sua precariedade em termos infraestruturais, mas pouco tem se discutido em relação a um dos participantes imprescindíveis do setor: o professor. Uma pesquisa realizada em 2010 pela APP (Sindicato dos

Trabalhadores em Educação Pública no Paraná) para a contabilização e consequente possibilidade de argumentação com o governo estadual, mostra que apenas em maio do ano em questão, 3.100 professores estavam afastados de suas atividades por problemas de saúde (APP, 2012).

Em 2011 a mesma pesquisa foi respondida por 10mil professores da rede estadual de ensino, sendo que o total de professores da rede publica na época era de 73.873, dos quais 30% dos entrevistados afirmaram ter passado por quadros de depressão. Tais afastamentos fazem com que professores substitutos (regime PSS) sejam figuras frequentes nas salas de aula do Estado, o que pode estar afetando a qualidade do ensino oferecido. Além disso, os resultados indicam problemas no trato da saúde dos professores já que, de acordo com a APP, o Governo não disponibiliza recursos médicos e psicológicos, e quando os disponibiliza, não o faz de maneira adequada, assim como as condições de trabalho em termos ergonômicos (uso de giz, falta de climatização e iluminação adequadas) e também psicológicos (falta de apoio nos conflitos do **dia a dia** da escola). Outro agravante seria que, de acordo com a APP, não há um programa de prevenção oferecido pelo governo aos professores.

Se focarmos nas necessidades em fatores diversos como excesso de carga horária e questões comportamentais dos alunos, aos quais não há suporte psicológico ao professor para atender às necessidades dos estudantes, pode-se dizer que seriam os causadores primários de licenças médicas por parte dos professores. O fator psicológico pode contribuir grandemente para a piora no quadro de licenças médicas, levando a consequências graves ao professor e à educação no Estado. A APP indica, ainda, que a instabilidade emocional seria o principal resultado do atual regime de gerenciamento. Sendo assim, pode-se questionar: qual a atual percepção dos professores na escola pública estadual pesquisada em Londrina sobre a possibilidade de estarem em condição de impedimento, suas consequências para o indivíduo e suas práticas pedagógicas?

## 1.1 OBJETIVOS

### 1.1.1 Geral

Compreender a percepção dos professores de uma escola da rede pública estadual em Londrina em relação aos possíveis impedimentos no ambiente de trabalho, assim como suas consequências para o processo emancipatório do indivíduo.

### 1.1.2 Específicos

- A. Verificar os motivos que levaram os indivíduos em questão a escolherem a carreira docente.
  
- B. Descrever o grau de conhecimento dos professores em relação aos possíveis impedimentos e suas consequências para o ambiente organizacional e para o indivíduo (professor);
  
- C. Analisar relações entre os possíveis fatores de impedimento e as possíveis causas de afastamentos médicos por parte dos docentes.

## 1.2 RELEVÂNCIA/JUSTIFICATIVA

As consequências das mudanças no mundo do trabalho, especificamente na administração pública sobre a saúde dos professores, ainda são pouco estudadas. Entre os pesquisadores da área de educação e psicologia que estudaram a questão há um consenso em relação ao fato que ensinar é uma ocupação altamente estressante, com repercussões na saúde física e mental e no desempenho profissional dos professores (OLIVEIRA, 2004; PORTO *et al.*, 2006; SANTOS, 2006).

É possível observar através de consultas a periódicos que no Brasil, pouco se pesquisa os efeitos do trabalho sobre a saúde em categorias de trabalhadores onde esses riscos são menos visíveis, como é o caso dos professores. As referências de estudos abordando as condições de saúde e trabalho

do professor são ainda escassas, uma vez que apenas na segunda metade da década de 1990 foram produzidas algumas investigações abordando as condições de saúde e trabalho em escolas públicas. Em relação às escolas públicas do Paraná, tem-se pesquisado na interface educacional, mas não na esfera da gestão.

Levando-se em consideração os dados pesquisados pela APP (Sindicato dos Trabalhadores das Escolas Públicas do Paraná) no ano de 2010 em relação ao afastamento médico por parte dos professores e a campanha estadual de reivindicação de maiores cuidados com a saúde dos docentes vigente em 2009 (Anexo A), é de suma importância e relevância a presente pesquisa para a academia (já que é um campo pouco explorado) e para discussão de novas políticas públicas em um campo tão fundamental quanto à educação (APP, 2012). De acordo com dados fornecidos pelo Núcleo Regional de Educação em Londrina, a educação pública em Londrina especificamente conta, em 29 de agosto de 2012, com 3.138 professores concursados na rede estadual de ensino na cidade de Londrina. Dentre tais professores, 779 estavam, na época, afastados de suas funções por motivos diversos, sendo que 104 estavam oficialmente afastados por motivos de saúde.

Uma das questões levantadas na pesquisa é o lado emocional do professor e sua carga de trabalho e responsabilidades que podem levar à síndrome de *burnout*<sup>1</sup>. De acordo com Batista e Codo (1999), praticamente a metade dos educadores sofre com algum sintoma de *burnout*, uma síndrome na qual o indivíduo já desistiu, mas ainda permanece no trabalho. Este autor afirma que um em cada quatro educadores sofre de exaustão emocional. Apesar desses dados, observou-se que 90% dos trabalhadores em educação estão muito satisfeitos com a atividade que desenvolvem, que a maioria está muito comprometida com o seu trabalho. Sendo assim, como entender um trabalho onde coabitam o prazer e o sofrimento, a realização e a perda de si mesmo?

Dentro do contexto atual de paralisação do trabalho em função de questões médicas recorrentes, observa-se a necessidade do questionamento dos docentes sobre sua visão em relação às situações de impedimento e conseqüentemente da emancipação. O trabalhador, no caso professores da rede pública estadual em Londrina, enquanto parte integrante da organização encontra-se

---

<sup>1</sup> **Síndrome de Burnout** é um distúrbio psíquico de caráter depressivo, precedido de esgotamento físico e mental intenso, definido por Herbert J. Freudenberger como "[...] um estado de esgotamento físico e mental cuja causa está intimamente ligada à vida profissional." (FREUDENBERGER, 1974, p.159-165).



submerso em um sistema que o alimenta ao mesmo tempo em que explora sua capacidade intelectual e braçal. O estudo dos impactos das políticas e impactos da gestão sobre o trabalhador fará possível a verificação de até que ponto os trabalhadores estão emancipados em seu ambiente organizacional ou constringidos e impedidos.

É importante destacar que as instituições de ensino estadual ainda estão moldadas em princípios e procedimentos característicos da abordagem positivista de gestão. A estrutura é fundamental e soberana, enquanto as pessoas são recursos substituíveis, renováveis e instrumentos de produção. Além das tradicionais necessidades relacionadas à gestão de pessoas em instituições de ensino público fundamental e médio, há certa emergência de pesquisas questionadoras do atual modelo de gestão e relações entre as organizações de ensino público, assim como o estudo da percepção dos indivíduos (professores) em relação ao ambiente organizacional em que atuam e suas necessidades como cidadãos formadores de novos cidadãos, mas que podem estar em condições de impedimento.

A pesquisa também pode contribuir para a criação de subsídios acerca das maneiras pelas quais os fatores de qualidade de vida possam ser gerenciados para o atendimento às necessidades dos indivíduos estudados e consequente abertura para estudos futuros das possíveis consequências de impedimento e a possibilidade de emancipação. Em relação aos aspectos a serem explorados na pesquisa, procura-se não somente a contribuição teórica, mas um questionamento do atual método de atuação de políticas públicas na área da educação e pesquisa no que diz respeito à relação entre organizações e seus trabalhadores.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção exploraremos os principais conceitos disponíveis sobre a Teoria Crítica, emancipação e impedimento.

### 2.1 TEORIA CRÍTICA E O CONCEITO DE EMANCIPAÇÃO

De acordo com Burrell e Morgan (2006, p. 1-3), a ideia central é que “todas as teorias da organização são baseadas em uma filosofia da ciência e uma teoria da sociedade.” Os cientistas sociais abordam seus assuntos via suposições explícitas ou implícitas sobre a natureza do mundo social e da maneira como podem ser investigados. Algumas abordagens são ontológicas (que investigam a existência), epistemológicas (relativas à teoria da ciência) ou dizem respeito à natureza humana. Todas as abordagens têm implicações diretas de maneira metodológica, sendo que tal perspectiva se expressa mais fortemente na busca pelas leis universais, as quais explicam e governam a realidade observada.

**Quadro 1** - Dimensão da regulação-mudança radical

A sociologia da regulação se preocupa com:	A sociologia da mudança radical se preocupa com:
O <i>status quo</i>	Mudança radical
A ordem social	Conflito estrutural
Consenso	Modos de dominação
Integração social e coerção	Contradição
Solidariedade vertical	Emancipação
Satisfação de necessidade	Privação
Realidade presente	Potencialidade

**Fonte:** Burrell e Morgan (1979, p.15, tradução nossa).

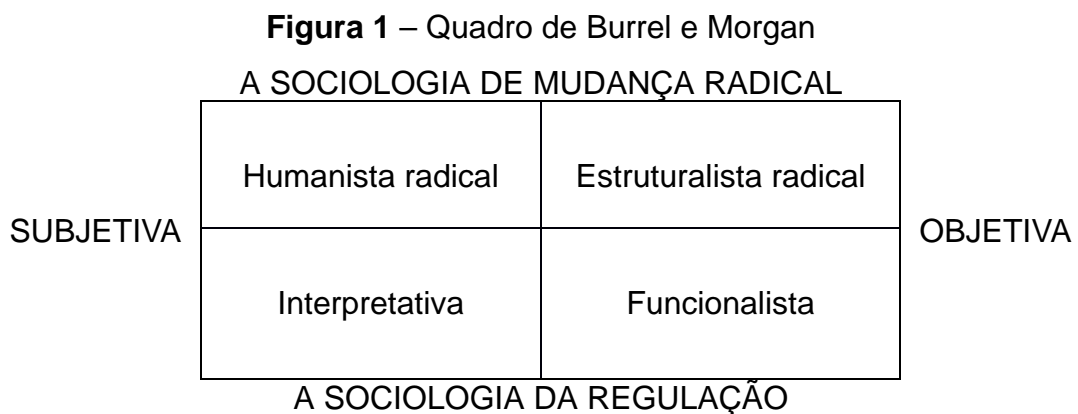
As expressões "regulação" e "mudança radical" sugeridas pelos autores substituem com vantagens as noções de ordem e conflito. O termo *sociologia da regulação* refere-se aos escritos dos teóricos que estão primordialmente interessados em prover explicações da sociedade em termos que enfatizam sua unidade subjacente e coesão. É uma sociologia essencialmente interessada na necessidade de regulação dos afazeres humanos; as questões

básicas que ela faz tendem a focar a necessidade de entender porque a sociedade é mantida como uma entidade.

A sociologia da mudança radical se contrapõe à sociologia da regulação naquilo em que seu interesse básico é descobrir explicações para a mudança radical, para o conflito estrutural profundamente arraigado, para os modos de dominação e das contradições estruturais que os teóricos veem como caracterizando a moderna sociedade. É a sociologia interessada essencialmente na emancipação do homem de suas estruturas, que limitam e impedem seu potencial de desenvolvimento.

As questões básicas que ela faz, focalizam a privação do homem, tanto material como psíquica. É frequentemente visionária e utópica, naquilo que olha como potencialidade, muito mais do que como realidade presente; está interessada no que é possível, mais do que com o que a coisa é; com alternativas, mais do que com a aceitação do *status quo*.

Em um texto subsequente, Burrell e Morgan (2006, p. 21-23) discutem as relações entre as duas dimensões e o desenvolvimento de um esquema para a análise da teoria social apresentando o seguinte modelo proposto:



**Fonte:** Burrell e Morgan (1979, p.16, tradução nossa).

Burrell e Morgan (2006) discutem as relações entre as duas dimensões e o desenvolvimento de um esquema para a análise da teoria social e identificam seus quatro paradigmas como suposições básicas meta-teóricas, as quais subscrevem a referência, o modo de teorizar e o *modus operandi* dos teóricos sociais que operam nos paradigmas. Ao identificar os quatro paradigmas, os autores sugerem que é válido observar o trabalho em quatro suposições básicas. Os quatro

paradigmas definem, então, quatro olhares do mundo social baseados em diferentes suposições em relação à ciência e à sociedade. Os paradigmas, de acordo com os autores, são alternativas que podem operar de modo sequencial, mas exclusivamente.

O Paradigma Funcionalista (objetiva-regulação) tem sido o paradigma primário para o estudo da organização. Ele assume a ação humana racional e acredita que pode-se entender o comportamento organizacional por meio de teste de hipóteses. Já o paradigma interpretativo (subjetiva-regulação) procura explicar a estabilidade do comportamento do ponto de vista do indivíduo. Pesquisadores neste paradigma tentam observar "processos em curso" para entender melhor o comportamento individual e da "natureza espiritual do mundo".

Em relação ao Paradigma Humanista Radical, os teóricos desta abordagem estão principalmente preocupados com a liberação de restrições sociais que limitam o potencial humano. Eles veem as ideologias correntes como dominantes e que separam as pessoas de seus "eus" verdadeiros. Este paradigma procura provocar nos indivíduos a vontade de mudança revolucionária. É em grande parte anti-organização no espaço. Já no paradigma estruturalista radical (objetiva-radical mudança) os teóricos procuram inerentes conflitos estruturais da sociedade que geram constantes mudanças através de crises políticas e econômicas.

De acordo com Paula (2008) e Faria (2009), a Teoria Crítica se encaixa no quadrante Humanista Radical, pois tem interesse em situações de dominação; programa de trabalho politização, emancipação; reforma da ordem social-conflito de classes, não tem relação com outras abordagens teóricas estudadas, diverge das outras teorias, não prescritiva; fixa-se no caráter elitista dessa teoria; caráter simplista de dominação. A Teoria Crítica indica a corrente de pensamento produzida pelo grupo de intelectuais, pesquisadores, atuantes no Instituto para a Pesquisa Social de Frankfurt na Alemanha, no final do primeiro quartel do século XX, como já explicitado.

Paula (2008) relata que o Instituto para a Pesquisa Social foi criado por um grupo de intelectuais, de orientação teórica e ideológica marxista, mas não ortodoxo, comprometido com um projeto de defesa acadêmica do marxismo, numa época conturbada de apropriações e de revisionismo da teoria marxiana no cenário acadêmico e no movimento operário alemão. A inauguração do Instituto aconteceu em 22 de junho de 1924 com uma cerimônia, realizada na Universidade de

Frankfurt, que ficou marcada pelo discurso de Carl Grünberg, designado como seu primeiro diretor. Nesse discurso, foi explicitado o programa ideológico e de ações da nova instituição de pesquisa, tendo chamado a atenção, de forma especial, o rompimento com formas tradicionais positivistas de fazer pesquisa social e a abertura para a pluralidade de disciplinas, abarcadas pelos projetos de investigação e reflexão que foram anunciados.

Ainda segundo a autora, a orientação teórica do Instituto, fundamentalmente associada à tendência marxista e a uma concepção de pesquisa social engajada, ficou evidente no discurso do seu primeiro dirigente ao informar os temas a serem acolhidos para pesquisas e debates: a história do movimento operário, os movimentos sociais de vanguarda e o estudo sistemático de novas tendências para explicação das relações do homem com a sociedade (a psicanálise como um bom exemplo) foram anunciados como temas prioritários.

A autora indica, ainda, que da mesma forma a abertura para a pluralidade de contribuições teóricas e também ideológicas, representadas no corpo de pesquisadores do ISF, anunciava o tom do trabalho almejado pelo grupo que o criava. Como fundadores e integrantes do que se considera a primeira geração da Escola de Frankfurt, são arrolados, além do seu primeiro diretor e de Felix Weil, de cuja família abastada o grupo recebeu os provimentos suficientes para fundar e manter o Instituto com os seguintes cientistas sociais: Max Horkheimer, Theodor Adorno, Leo Loewenthal, Walter Benjamin, Friedrich Pollock, Erich Fromm e Herbert Marcuse (PAULA, 2008).

Paula (2008) explica, ainda, que em 1931 a direção do ISF é assumida por Max Horkheimer. Nesse momento, sob uma conjuntura particular da sociedade alemã, sob forte crise social e econômica, associada à ascensão de movimentos nacionalistas, o discurso de posse de Horkheimer procurou indicar o reordenamento de princípios do Instituto sem, contudo, abandonar a concepção marxista como base teórica fundamental e o seu compromisso com a mudança social.

Nesse discurso de posse, ficou fortalecida uma concepção de filosofia social, que postulava superar a crise do próprio marxismo e ampliar as bases epistemológicas, para orientar a prática de uma ciência social empírica, dimensão que vai permanecer presente e sustentar os trabalhos de grande parte do

grupo de cientistas do ISF, desenvolvidos nos Estados Unidos da América, na fase posterior à sua fuga da Alemanha, devido à perseguição nazista. (PAULA, 2008).

A nomenclatura Teoria Crítica refere-se ao conjunto sistemático de posições teórico-científicas, produzidas pelo grupo originário do ISF e, mais notavelmente, por Adorno e Horkheimer: a fundamentação dialética da problemática teoria e prática para investigar e analisar as relações sociais; uma postura interdisciplinar para o desenvolvimento da atividade científica, voltada para desvendar a lógica da sociedade burguesa industrial; ação social engajada e direcionada para articular a produção de indivíduos capazes de intervir e mudar a ordem social não razoável. (PAULA, 2008).

Já no seu projeto de fundação no ISF, a Teoria Crítica inaugura uma identidade epistemológica de contraposição à teoria tradicional, ou mais especificamente, às formas então dominantes de teorizar sobre a sociedade e suas relações. Da mesma forma, demarca nova concepção no entendimento da relação teoria e prática no campo das ciências sociais, uma vez que vai instaurar o compromisso ideológico de agir sobre ela.

Segundo Horkheimer e Adorno (1947 apud DUARTE, 2002), a Teoria Tradicional, de fundamentação positivista, pretensamente neutra, fornecia uma análise descontextualizada e com pretensão de universalidade, reproduzindo uma imagem fetichista do mundo, tal como ele era numa categoria de aparentemente dado (*das ist*), assim o justificava e o reproduzia. Como contraponto, uma Teoria Crítica, tal como era formulada no ISF de Frankfurt, fundava uma ciência contextualizada, não neutra, engajada na transformação do mundo.

A Teoria Crítica visava apreender a sociedade e suas instituições na totalidade da vida social concreta, buscando desvendar as relações dos acontecimentos sociais na dialética das relações sociais historicamente determinadas. Para os formuladores da agenda intelectual da Teoria Crítica, a crítica é um elemento fundamental e sua concepção tem uma conotação muito singular. A ideia de crítica foi assumida por eles não simplesmente como mero aspecto da teoria, mas também como verdadeira declaração de princípios (PAULA, 2008).

É por meio dela e do que se pode distinguir, escolher, julgar e apreciar por um processo de decisão e tomada de posição que eles nos ensinaram a colocar em suspenso, *sub judice*, qualquer julgamento sobre o mundo, incluindo aí o próprio pensamento que se elabora para dar conta dele (SOARES, 2002, p. 11).

Assim, na Teoria Crítica, não existe lugar para uma crítica sem consequências, quem é capaz de exercer a crítica deve também ser capaz de dizer como pode ser feito de melhor forma. Criticar significa ser capaz de destacar as diferenças e capaz de decidir com fundamento. A lógica dessa dialética do esclarecimento, conforme Horkheimer e Adorno (1947 apud DUARTE, 2002), é uma lógica da dialética da negação, da recusa determinada de ser conformado com o estabelecido: a finalidade última da dialética negativa é alcançar o melhor, a saber, buscar o que pode ser positivo, consiste na negação do que é estabelecido e na busca positiva de fazer de outro modo.

Nessa concepção, esclarecimento (crítica esclarecedora/crítica com o engajamento da razão), como projeto epistemológico, tem o sentido de permitir a libertação dos homens da sua incapacidade de perceber o que é real, é libertá-lo da culpa auto-infringida, consequência de sua falta de consciência social, de ter que ser responsável individualmente pela sua própria conformação a um destino social de injustiça e de sofrimentos. Essa dimensão esclarece porque, para Adorno e Horkheimer, a crítica é a essência da democracia.

Esclarece, também, o projeto de construção de uma crítica da ideologia da sociedade industrial, na qual as ideias de emancipação de todas as formas de dominação, de autonomia e cidadania plena estão interligadas, porque essas três dimensões formam a chave para explicar porque os homens, sob a aparência de vida social livre, continuam legitimando as formas tradicionais de dominação (ADORNO; HORKHEIMER, 1947 apud DUARTE, 2002). Essa dimensão esclarece porque a Teoria Crítica é uma teoria engajada na mudança social.

A Teoria Crítica almeja a mudança da sociedade como um todo. O seu critério normativo para alcançar a mudança pretendida é a eliminação de tudo aquilo que está deformando o homem, de tudo aquilo que oprime, que o incapacita para se opor à injustiça. Nesse sentido, a crítica da sociedade é uma crítica auto-reflexiva, crítica que tem que se basear no conhecimento real da realidade criticada, pois, para Adorno, a primeira empreitada da crítica é confrontar a realidade com as normas que a estruturam porque é da compreensão desta relação que se pode apreender a verdade sobre a realidade.

É preciso deslindar como essas normas atuam sobre os sujeitos. Assim, a sociedade poderá ser avaliada na medida em que permitir desvendar como

as relações sociais estabelecidas não possibilitam para os homens uma vida social digna e correta e como pode ser de outra forma.

Portanto, a Teoria Crítica almeja o esclarecimento do homem sobre a sua condição de agente histórico de produção de suas condições de vida e das relações sociais às quais está submetido, a fim de criar as condições capazes de mobilizá-lo para uma ação transformadora. Para Horkheimer e Adorno, esse empreendimento não é um mero projeto da razão, mas, sim, uma tarefa com a finalidade de diagnosticar a realidade social, negar o estabelecido pela sua injustiça, e criar uma conseqüente práxis social capaz de intervir na sua mudança (ADORNO; HORKHEIMER, 1947 apud DUARTE, 2002).

Procurar a mediação, estabelecer o confronto entre o que o objeto parece ou pretende ser com o que é, procurar separar o conceito com o conceituado, submeter o aparente à experiência metodológica dialética de procurar falsear a racionalidade contida nele (como está evidente na análise dos mitos na *Dialética do Esclarecimento*) é a condição colocada para a Teoria Social dar conta de desenvolver a Social.

Da mesma maneira a teoria social também caminha junto com a temática da educação global (infantil à pós-graduação) levando em consideração as mesmas preocupações, mas dentro de um contexto onde realmente existe um público de discentes focados na aprendizagem, ou seja, um campo fértil. Segundo Adorno, a escola assumiu essa banalização do conhecimento como inovação pedagógica. Nela, e para os seus professores, não é mais preciso ler as obras literárias e científicas, mas apenas alguns trechos para responder a questões pontuais em exercícios pedagógicos, e cujas respostas já são pré-definidas em esquemas para orientação das aulas e da avaliação.

Este barateamento ou banalização do conhecimento filosófico e literário aplica-se, da mesma forma, às obras científicas. Tudo que possibilitaria uma reflexão sobre a vida social é descartado, “contra a semiformação não tem como se contrapor porque isso iria ferir seu caráter alienado, porque uma conduta de resistência criaria a capacidade crítica.” (ADORNO, 1979 apud VILELA, 2006, p. 57).

Assim, Adorno aponta como a semiformação está afinada com uma nova cultura do valor da educação, ela própria é essa nova cultura, ela nega aos indivíduos o acesso aos bens culturais verdadeiros, entre eles a verdadeira educação se reduz a repassar conhecimentos fragmentados e fungíveis. O trabalho



pedagógico está somente orientado para conseguir aprovação em exames e um diploma, este tem valor de moeda nas relações sociais mercantilizadas.

A crítica de Adorno à escola de massa é que ela instala e cultua a massificação e seu resultado é a deformação da consciência. O domínio do saber, o conhecimento da cultura humana acumulada, a reflexão sobre o próprio conhecimento, foram tornados irrelevantes na semiformação. Sob o império da Indústria Cultural e dos seus valores, o indivíduo bem formado, o indivíduo culto em conhecimento e bem formado na ética social humanista, segundo a tradição do que a pedagogia postulava como função da boa escola, não é aquele que vai se sair bem na conquista das chances disponíveis para emprego. Com certeza, afirma Adorno (1979 apud VILELA, 2006, p. 58): “aquele que domina a literatura e sabe compreender as estruturas dos versos de um poema clássico, dificilmente é quem vai obter o emprego de redator.”

O resultado desse processo, o processo educacional prevalente na sociedade industrial é, portanto, a instalação da barbárie, reconhecida na situação em que é explícito “o deslocamento das cenas desfocadas dos bastidores para a cena principal” (ADORNO, 1979 apud VILELA, 2006, p. 58). Assim, a efemeridade e a vulgaridade passam a ser percebidas como verdade. O potencial de destruição da “semiformação” permanece oculto debaixo do conformismo dominante, não havendo lugar para a subjetividade.

Portanto, para Adorno, a educação afasta-se de seu valor essencial que seria o domínio do conhecimento, a verdadeira instrução, o verdadeiro esclarecimento, este é substituído pela mercadoria distribuída pelos mecanismos e instrumentos da Indústria Cultural. Isso faz da própria escola um elemento controlado pela Indústria Cultural, que estaria colocando à sua disposição mercadoria “pedagógica” adequada aos seus fins (a semiformação como a expropriação da capacidade de pensar por conta própria), fortalecendo, com isso, práticas pedagógicas que anulam a possibilidade de desenvolvimento da auto-reflexão, de autonomia, de individuação.

A fim de que os estudos organizacionais fossem questionados mais profundamente, sua concepção, estudo, ensino e prática, é necessária uma visão crítica, para que modelos teóricos não sejam simplesmente adotados como única verdade. Sendo assim, como ciência social aplicada, a administração adotou a

Teoria Crítica como forma de questionar os modelos de gestão organizacional que permeavam os estudos de uma época.

Como escrito no artigo de Vieira e Caldas (2006), a Teoria Crítica trouxe alternativa epistemológica ao *mainstream* funcionalista e positivista, tendo como princípios a orientação para a emancipação do homem na sociedade, isto é, permitir que o homem compreenda a sociedade e haja, não se limitando a compreender o mundo, mas examinando-o a fim de encontrar possibilidades; manutenção de comportamento crítico frente a tudo que existe, sem se conformar com o que é dado como descrição do real.

Faria (2009) propõe, ainda, que cabe à Teoria Crítica questionar a si mesma, fazer uma *teoria crítica* de si e se perguntar: quais suas perspectivas diante do capitalismo contemporâneo do terceiro milênio, em que as relações de poder se tornam cada vez mais sofisticadas, em que o imperialismo se autointitula globalização, em que as condições de vida da classe trabalhadora se deterioram diante de uma reestruturação produtiva do capitalismo, em que profetas recém-saídos do forno anunciam a impossibilidade concreta de um socialismo democrático, em que novos filósofos desacreditam das grandes teorias e se contentam com explicações particulares sem projetos?

No Brasil, a adoção da Teoria Crítica em estudos organizacionais foi realizada por Maurício Tragtenberg no início dos anos 1970. Em *Burocracia e ideologia*, seu mais conhecido trabalho, Tragtenberg ousa um pensamento interdisciplinar e lança as bases de uma verdadeira transformação nesse campo de estudos, no qual se evidencia um fundamento de importância nuclear: o que marca a TCEO é a coerência epistemológica.

A questão posta por Maurício Tragtenberg é a do poder e, assim, a da recusa a toda a forma de dominação, a crítica à violência, a denúncia ao burocratismo, o apontamento à ideologia gerencialista que predomina na chamada teoria geral da administração e, ao mesmo tempo, a defesa intransigente da democracia e do projeto libertário. São os estudos de Tragtenberg que inspiraram Fernando Prestes Motta, Fernando Coutinho Garcia e José Henrique Faria, como o próprio Maurício indica em seu memorial, a levar adiante essas investigações no campo organizacional (PAULA, 2008).

Os que pregam transformações radicais sempre constituíram uma minoria no mundo dos estudos organizacionais, mas nem por isso deixaram de

produzir suas críticas. Atualmente, no Brasil, os pesquisadores ligados à Teoria Crítica propriamente dita, à Teoria Crítica em estudos organizacionais e às análises críticas em estudos organizacionais já formam um grupo bem mais consistente do que o que havia nas décadas de 1970 e 1980, quando Tragtenberg dá impulso a essa área. Não se pode dizer que seus componentes tem a mesma orientação teórica, mas possuem grande proximidade (PAULA, 2008).

Apesar da existência de alguns grupos e do fato dos pesquisadores que os compõem terem algum grau de proximidade de interesses, não existe uma rede acadêmica de teoria e análises críticas no Brasil, o que promove a contenção dos avanços nessa área de investigação. O estabelecimento de uma rede acadêmica de teoria e análises críticas é necessária e urgente. Ao mesmo tempo, a linha dos *critical management studies* (CMS) trata-se de uma abordagem na qual o papel da crítica não tem um caráter revolucionário, mas reformador. Os CMS tem seu lugar no campo organizacional, tem seguidores e adeptos de renome e apresentam interessantes contribuições. Entretanto por uma questão de coerência, não se pode considerá-los vinculados à teoria crítica ou às análises críticas.

Faria (2009) discorre que os estudos sobre as vidas nas organizações que se apoiam na Teoria Crítica devem investigar mais do que as racionalidades instrumentais, que as estratégias, funções, instituições, os comportamentos e as políticas, devendo desvendar o mundo do poder e as formas de controle econômico, jurídico-político, ideológico e psicossocial sobre o processo e a divisão do trabalho para se sentirem autorizados a compreender as organizações e suas finalidades.

## 2.2 IMPEDIMENTO

Primeiramente, é de fundamental importância que o conceito ou percepção do trabalho seja aqui apresentado como base para maior entendimento da questão do impedimento no ambiente organizacional. Na abordagem da Psicodinâmica do Trabalho, e principalmente, em obra de Dejours (1997, p. 42-43), duas definições de trabalho estão presentes; a primeira delas diz que o trabalho é uma “atividade útil coordenada” mostrando sua dimensão operacional. A seguir, o autor amplia a definição dizendo que o trabalho “é a atividade coordenada

desenvolvida por homens e mulheres para enfrentar aquilo que, em uma tarefa utilitária, não pode ser obtido pela execução estrita da organização prescrita”.

Nesta nova definição permanece a dimensão utilitária e operacional, mas também, emerge a dimensão humana, não mecânica, que supõe ajustes, inventividade, engenhosidade, inteligência, e na mobilização desta inteligência, para dar conta daquilo que foi prescrito no trabalho. Este conceito abre um espaço que será ocupado pela interpretação do sujeito, pela sua deliberação e pela sua ação, para dar conta do real do trabalho; em suma, abre espaço para a conduta humana, que não é simples comportamento, observável, objetivável, mas que supõe dimensões “[...] não visíveis – os motivos, impulsos e pensamentos que acompanham, precedem e seguem um comportamento”, conforme Dejours (1997, p. 26).

Para Torrente (1977), a importância da definição de trabalho dada pela Psicodinâmica do Trabalho se:

[...] situa no quadro referencial das pesquisas atuais que tendem a aproximar o conceito de trabalho daquele de ação [...], portanto, no seio das relações sociais [...], reatualizando o aspecto primordial da contribuição do sujeito na construção do trabalho e permitindo uma espécie de descoberta de si mesmo através da construção de sua identidade, na ação (TORRENTE, 1977, p. 180).

Vemos, pois, a presença de múltiplas dimensões quando se aborda a questão do trabalho: a objetiva, a social e a subjetiva.

Para a Psicodinâmica do Trabalho, a “organização do trabalho” é elemento chave de análise do comprometimento e envolvimento do trabalhador com sua atividade. Para Hubault (1996), a análise da atividade não se confunde com a análise da observação dos comportamentos, no sentido mais behaviorista do termo. No exercício de qualquer atividade profissional, está presente uma dimensão que Dejours (1997), denomina o “real” do trabalho, isto é, “aquilo que resiste ao conhecimento e ao domínio e que se caracteriza pela distância irreduzível entre a organização prescrita do trabalho e a organização real do trabalho” (DEJOURS, 1997, p. 26).

Considerando, portanto, o “real do trabalho”, Hubault (1996) argumenta que o compromisso e o engajamento com o qual o operador tem que se defrontar para dar conta da tarefa que lhe é atribuída, vai além daquilo que se pode

vê-lo fazendo; o comportamento manifesto não esgota a possibilidade de compreensão daquilo que está oculto que é a intencionalidade (e as estratégias) da pessoa em situação de trabalho. Como aponta Dejours (1994, p. 126),

A divisão das tarefas e o modo operatório incitam o sentido e o interesse do trabalho para o sujeito, enquanto que a divisão de homens solicita sobretudo as relações entre pessoas e mobiliza os investimentos afetivos, o amor, o ódio, a amizade, a solidariedade, a confiança, o comprometimento etc.

A organização do trabalho apela, pois, a um outro compromisso que tem que ser analisado no contexto de trabalho.

Como afirma CLOT (1998, p. 250), “A Psicodinâmica do Trabalho privilegia as relações que os sujeitos mantêm entre si, nos coletivos [de trabalho] e com a organização do trabalho.” Ainda segundo Clot (1998), a ação é apreendida através da narrativa, remetidas diretamente à utilidade de uma ação real. O trabalho tem, segundo Dejours (1997), um objetivo técnico e de produção, portanto, submetido aos critérios da eficácia e da utilidade, mas também ocorre no mundo social, pois trabalhar supõe cooperação, convívio e compreensão entre as pessoas.

A ação que decorre, em um primeiro momento, de uma racionalidade cognitiva-instrumental, enfrenta, em um segundo momento, uma outra questão, aquela das “condições de possibilidade de uma deliberação coletiva eficiente, o que não acontece espontaneamente” (DEJOURS, 1997, p. 71). Estamos diante da questão da intercompreensão que faz apelo à racionalidade comunicativa que mantêm, com a racionalidade cognitiva-instrumental, certa tensão que tem que ser negociada dentro de um espaço de discussão no interior dos coletivos de trabalho, para que as injunções da organização do trabalho sejam superadas.

A abertura deste espaço de discussão permite flexibilizar certas formas de organização prescrita do trabalho que impedem a visibilidade do esforço que o operador desenvolve para dar conta da tarefa que lhe foi atribuída para atingir o real do trabalho. A organização do trabalho, em função de suas contradições internas, não pode prescindir de discussões, deliberações e debates abertos entre trabalhadores e hierarquias superiores. Se o esforço do trabalhador para dar conta do real do trabalho for reconhecido pelos pares e pelas chefias, abre-se a possibilidade de que o sofrimento, no trabalho, tenha um sentido. Este reconhecimento mobiliza um maior investimento e comprometimento do trabalhador

com o seu trabalho, pois contribui para a construção de sua identidade no campo social, mediada pelo trabalho.

Estas formas de controle do trabalho advindas das questões hierárquicas são amplamente discutidas dentro do conceito de impedimento. Tais discussões são facilmente relacionadas à atual situação da educação pública contemplada nesta pesquisa e suas algemas geradas pelo excesso de burocracia e falta de diálogo por parte do Governo com os professores. Sendo assim, para maior esclarecimento do conceito central de impedimento, citamos os estudiosos brasileiros da área Sznelwar, Mascia e Bouyer (2006, p. 28-29):

Por impedimento (ação de impedir), entende-se um processo que faz com que a ação seja dificultada, paralisada, bloqueada, inibida ou feito um obstáculo à execução de uma ação. O conceito de impedimento se aplica quando o sujeito não tem outra escolha a não ser aquela de ceder, parar de fazer, para de funcionar, para de ser (tradução nossa)<sup>2</sup>.

Sznelwar, Mascia e Bouyer (2006) ainda colocam que o impedimento, além de uma forma de degradação da profissão em si, é uma forma de degradação da saúde a um senso mais amplo em suas dimensões físicas, psicológicas e sociais.

Já em relação aos estudos do impedimento e as questões de psicologia do trabalho a nível internacional, faz-se imprescindível citar a academia francesa e os estudos de Christophe Dejours e Yves Clot. De maneira geral, Clot (1999) define o trabalho como uma ação, como um “fazer”, como um engajamento do sujeito em sua realização, a qual pode ser tangível ou não. Mas pode-se também centrar a análise do trabalho em função do “não fazer”, sobretudo o que não se deve fazer para trabalhar e produzir.

Clot (1995) só admite como duradouras as transformações que resultam da ação dos próprios trabalhadores e é por essa razão que sua proposta de análise do trabalho preocupa-se em oferecer um amparo ao coletivo de modo a aumentar seu poder de agir e ampliar seu raio de ação no meio profissional. Esse é também o motivo pelo qual ele tem concentrado o essencial dos seus esforços nas questões metodológicas buscando de “instrumentos práticos e teóricos” que

---

<sup>2</sup> Par empêchement (action d'empêcher), on entend un processus qui rend l'action difficile, la paralyse, la bloque, qui obstrue, inhibe ou fait obstacle à l'exécution d'une action. Le concept d'empêchement s'applique quand le sujet n'a pas d'autre choix sinon celui de céder, de s'arrêter de faire, de s'arrêter de «fonctionner», de s'arrêter «d'être». (SZNELWAR; MASCIA; BOUYER, 2006, p. 28-29)

permitam alimentar ou restabelecer o poder de agir de um coletivo profissional no seu meio de trabalho e de vida. Ou seja, a coletividade e seu poder de agir contra padrões pré-estabelecidos e negociar as possibilidades, o que seria extremamente relevante para a sociedade dentro do campo da educação aqui pesquisado.

Foi por isso também que Clot (1995) decidiu dedicar seus estudos ao tratamento das questões metodológicas, sobretudo naquilo que diz respeito às possibilidades de ação e à produção do conhecimento, evidenciando mais uma vez que a motivação maior é a de propor instrumentos de transformação dos contextos de trabalho. Ele oferece uma exposição cuidadosa da instrução ao sócia e da autoconfrontação cruzada, dois dos principais métodos que vem sendo adotados e desenvolvidos por sua equipe no *Conservatoire National des Arts et Métiers (CNAM)*.

O impedimento toma seu lugar segundo Clot (1995), já que os indivíduos não mais se reconhecem no ofício que realizam, nos quais muitos profissionais solicitam, de forma tão maciça, serem reconhecidos. E mais do que isso, ao se voltarem para a hierarquia buscando uma “reparação imaginária”, na verdade, esses profissionais estão denunciando algo que, infelizmente, vem sendo muito comum nos contextos contemporâneos de trabalho: o enfraquecimento do coletivo de trabalho, agora reduzido a uma reunião de indivíduos expostos ao isolamento.

Dessa forma, o reconhecimento pelo outro pode se tornar uma compensação factícia exatamente no lugar em que havia desaparecido a possibilidade de se reconhecer em *algo*. É isso que permite concluir que a demanda insistente pelo reconhecimento do outro ocorre entre aqueles que se encontram impedidos de se reconhecer naquilo que fazem, isto é, aqueles que veem seu ofício sendo maltratado.

Já Dejourn (2003), levanta que a percepção de utilidade do trabalho é, também, um componente fundamental para a construção da identidade do trabalhador e para a manutenção de estados de saúde mental e bem-estar, ou seja: se não houver a necessidade real daquela função em relação ao reconhecimento, neste caso, pelos alunos, pelo Governo e pela comunidade.

De acordo com Dejourn (1998), o trabalho é visto como indigno, desqualificado, sem significado social, a imagem que a pessoa constrói sobre si mesma, é uma “imagem feia”, num quadro chamado de “vivência depressiva”. Este

quadro se caracteriza por um cansaço que se origina não propriamente no esforço para a realização da tarefa (ainda que existam tarefas onde este esforço é considerável e contribua para a fadiga), mas do investimento necessário para se enfrentar um trabalho que não permite a realização das aspirações da pessoa.

Colocando de outra forma, é bem mais difícil realizar uma tarefa para a qual não vemos qualquer significado, que não estimula nossa imaginação, que não nos projeta no meio social, ou seja, tarefas onde o nosso comportamento deve obedecer à inflexibilidade dos condicionamentos, onde nossa inteligência não é utilizada senão para nos fazer permanecer num lugar onde, se não fosse por grave necessidade, não permaneceríamos por nosso livre desejo. O que a Psicodinâmica do Trabalho (DEJOURS, 1994) mostra é que nosso comprometimento com a tarefa, deriva do conteúdo simbólico do trabalho, seja para o próprio sujeito seja em relação ao exercício de uma profissão, seja frente ao estatuto social que pode ser percebido neste trabalho.

A redução dos quadros por licença saúde leva a um aumento absurdo da quantidade de trabalho para aqueles que ficam. Essa condição gera, por sua vez, novas licenças, ao mesmo tempo em que aumenta o desânimo daqueles que ficam. Estamos aqui diante do quadro que Dejours (1998) denominou de vivência depressiva que leva a um descomprometimento com o exercício do trabalho. A usura do corpo e do psiquismo dos que ficam, pressionados pela ameaça de demissão, acelera os ritmos, aumenta o desgaste físico, levando ao desânimo psicológico. Sem a proteção da dimensão psíquica, o corpo enfraquece e as doenças psicossomáticas aumentam, evidenciando aqui o círculo vicioso a que nos referimos anteriormente, licença saúde, absenteísmo, descomprometimento.

Segundo a psicodinâmica, o trabalho exerce papel fundamental na estruturação da saúde psíquica de um indivíduo, quando lhe permite diminuir a sua energia pulsional; no entanto, quando não possibilita a descarga pulsional, torna-se fatigante, fonte de adoecimento (DEJOURS, 2004). Sob a ótica da psicodinâmica, o trabalho, um dos meios pelos quais se constrói a identidade do trabalhador no campo social, pode ser fonte de prazer ou de sofrimento psíquico de um indivíduo determinado, dentre outros fatores, pela vivência de prazer no trabalho e pelo resultado das tentativas bem sucedidas de transformação das situações adversas, presentes no contexto de trabalho, em um modo contínuo de busca do prazer e de



evitação do sofrimento pelo enfrentamento das imposições e das pressões do trabalho que causam instabilidade psicológica.

O processo de adoecimento, por sua vez, é resultado da presença contínua e intensa de sofrimento psíquico sem êxito de enfrentamento, originado pela não realização de desejos em decorrência do confronto com uma cultura de padronização, de restrição e homogeneização de comportamentos, que inviabilizam os ajustes necessários à expressão da autenticidade do trabalhador.

[...] a construção da identidade no campo social implica não somente a relação com o outro, mas também a referência a um terceiro termo – o real. O reconhecimento da identidade do sujeito no campo social não é direto; diz respeito à relação que o sujeito mantém com o real. Não se trata, portanto, de um julgamento direto do outro sobre o sujeito, que talvez dependa do amor, mas de um julgamento sobre a relação do sujeito com o real, que, neste caso, se dá no trabalho. O acesso ao real não é, nunca, imediato: supõe sempre uma instrumentalização, ou seja, um trabalho. O que o sujeito procura fazer reconhecido é o seu fazer e não o seu ser. Portanto, o reconhecimento da identidade no campo social é mediado. Somente depois de ter reconhecida a qualidade de meu trabalho é que posso, em um momento posterior, repatriar esse reconhecimento para o registro da identidade (DEJOURS, 1999, p. 21).

Já no âmbito nacional, o impedimento e questões organizacionais da psicologia do trabalho tem sido foco de estudos de Gilbert Bouyer e Laerte Idal Sznelwar. Bouyer (2004) coloca que o não fazer está associado ao paradigma da simplificação, o qual se manifesta por tarefas o que tornou o trabalho algo banal (limitado e sem autonomia). A tarefa representa as prescrições e objetivos determinados aos trabalhadores, englobando modos operatórios e “*constraints*”. O autor, então, cita a questão da razão fechada, a qual divide e simplifica para delegar e controlar ao máximo, podendo restringir até mesmo o movimento dos trabalhadores. Leva-se, então, a situação do trabalhador quanto ao ser e ao uso de si, onde no ambiente de trabalho, as pessoas ficam reduzidas a comportamentos padronizados, sendo o mínimo “dele mesmo”, assim sendo, até mesmo o ser é comprometido.

Historicamente, o impedimento tem sido a tônica do trabalho humano sob o jugo da dominação do capital, desde os seus primórdios. Impedir o movimento; impedir a ação; impedir a identificação com o trabalho; impedir o pleno exercício das componentes cognitivas da atividade; impedir a comunicação; impedir o afeto... impedir o “*uso – de – si*” (SCHWARTZ, 1998).

Bouyer (2004) esclarece que os efeitos do constrangimento permanecem mesmo quando as causas objetivas aparentes cessaram, sendo que o senso comum acredita que o constrangimento é uma forma legal de configuração do sistema. Tal problemática do impedimento demanda a investigação de um determinado conjunto de acontecimentos em que não se pode buscar um sujeito da ação intencional ou um sentido que ofereça uma lógica de continuidade ao tema da pesquisa científica. A negação ao trabalho é buscada na origem da negação, o que a causa.

Sznelwar, Mascia e Bouyer (2006) explicam que ao falar de impedimento, é possível relacioná-lo com o impedimento de agir, o qual foca na maneira como as atividades de trabalho são elaboradas, as quais levam a atividades restritivas, às vezes paralisantes. Tais atividades obrigam os sujeitos a agir dentro de um universo particularmente limitado, com pouca ou nenhuma margem de manobra. Neste caso, a ação do sujeito se restringe ao limite que comporta pouca ou nenhuma possibilidade de adaptação.

Isso já está acontecendo, de uma forma ou de outra, no processo de socialização, onde a aprendizagem na sociedade também é um processo. No entanto, apesar de existirem regras de conduta, as possibilidades são infinitas e incluem o sujeito poder centrar a sua atenção sobre as atividades que permitem o uso de sua vontade e seu livre arbítrio. No entanto, o mais define o que deve ser feito com precisão e restrito, e mais restrito, e impedido de fazer algo mais. Para executar algo pequeno, definido por certos tipos de trabalho, o estresse de não fazer outras coisas torna-se imperativo (LANCMAN; SZNELWAR, 2004).

Em muitas situações, dada à forma como o trabalho é organizado, não é autorizado trabalhadores satisfazerem as suas necessidades fisiológicas, quando necessário. Em casos mais urgentes devem consultar seus superiores para aprovação. No entanto, as histórias dos trabalhadores mostram que eles têm medo de sanções dos líderes. A questão é quais são os limites aceitáveis para tais situações de impedimento, que não podem ser colocados no processo, mas devem ser objeto de controle e não a empresa.

Como aponta Sznelwar e Mascia (1998), é necessário compreender porque o impedimento do “fazer certas coisas” é um imperativo constante no cenário de trabalho. Trata-se do estabelecimento de uma perspectiva de análise “negativa”, no sentido de apreender aquilo que compele o ato de trabalho ao mínimo. A

motivação para uma investigação assim é dada pelos resultados de estudos realizados em diferentes situações de trabalho, pois os trabalhadores apresentam queixas de diferentes tipos de sofrimento no trabalho, distúrbios de ordem psíquica, desconfortos e dor gerados pelas tarefas levando a inúmeros casos de afastamento do trabalho em função de sua saúde.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde–OMS (2012), a definição de saúde é: “saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doenças.” Os principais determinantes da saúde incluem o ambiente social e econômico, o ambiente físico e as características e comportamentos individuais da pessoa. Em geral, o contexto em que um indivíduo vive é de grande importância na sua qualidade de vida e em seu estado de saúde. O ambiente social e econômico são fatores essenciais na determinação do estado de saúde dos indivíduos dado o fato de que altos níveis educacionais estão relacionados com um alto padrão de vida, bem como uma maior renda.

Bouyer (2004) conclui que o ato de impedir não é dotado de intencionalidade e não resulta dos objetivos exclusivamente orientados pela racionalidade instrumental da ação. Não existe correlação entre o ato de impedir e a eficácia do sistema do trabalho, também o impedimento é um efeito, um fenômeno que ultrapassa os aspectos aparentemente intencionais do ato de impedir. A compreensão do trabalho significa elucidar as regras que regem o impedimento e seus efeitos.

Portanto, a ação, de acordo com seus caracteres particulares envolvendo inclusive aspectos de personalidade, fica reduzida ao mínimo pelos comportamentos padronizados. Isso obriga o sujeito a “*ser ele mesmo*” o mínimo possível. Não apenas os gestos, mas também a cognição e o “*ser*” são restringidos no trabalho impedido.

### 2.3 REVISÃO EMPÍRICA

Ao realizar uma análise de artigos acadêmicos publicados no período de 2007 a 2012, pode-se observar através de pesquisa em sites de periódicos nacionais e internacionais, da área de Administração, uma crescente atenção ao estudo em Teoria Crítica. Observam-se no Scielo 47 artigos na área, no

Spell 13 artigos na área de Teoria Crítica e no Proquest, 495 artigos na área a nível internacional.

Já no mesmo período em relação à questão de emancipação, encontram-se 8 artigos na área de Administração no Scielo, 4 artigos no Spell e 176 no Proquest, novamente em nível internacional, mostrando uma tímida atenção ao assunto.

Sendo que sobre o tópico de impedimento propriamente dito, é possível observar uma total falta de pesquisa empírica na área, já que nenhum artigo foi encontrado no Scielo, Spell ou Proquest. Somente um artigo em esfera nacional de Gilbert Boyeur (2004) publicado no Encontro Nacional de Engenharia de Produção (ENEGEP) em Florianópolis está disponível em relação aos estudos sobre impedimento no Brasil. Os artigos internacionais remetem aos franceses Yves Clot e Christophe Dejourn, os quais são encontrados em grupos de pesquisas franceses, ainda assim poucos estudos da área são encontrados em periódicos da academia francesa, tanto na área de ergonomia física quanto mental, sendo que a primeira área se encontra em maioria esmagadora.

Considerando o fato de que a presente pesquisa levou em consideração os constructos baseados na emancipação e impedimento, uma análise dos principais artigos relevantes ao estudo é feita para melhor embasamento e relevância aos resultados alcançados.

### 2.3.1 Emancipação

Como já relatado, entre os anos de 2007 e 2012 foram encontrados 8 artigos na área de Administração no Scielo, 4 artigos na Spell e 176 no Proquest. A partir de uma análise levando em consideração a relevância dos trabalhos à pesquisa aqui proposta, apresenta-se um estudo dos artigos relacionados no Scielo e no Spell.

Cançado, Tenório e Pereira (2011) pesquisaram sobre os avanços e discutiram as críticas em relação à gestão social, além de apresentar contribuições para possível delimitação inicial desse campo de conhecimento. Foi realizada uma revisão de literatura acerca dos aportes teóricos sobre o tema, apresentando e discutindo as principais críticas e elencando-as às contribuições para a delimitação do campo. O artigo também aborda a importância do tema e a reconstrução da origem

do termo gestão social. Na percepção dos autores deste texto, a gestão social é antitética à gestão estratégica uma vez que a sua preocupação é com o envolvimento de todos no processo de tomada de decisão coletiva; contrária, portanto, à gestão estratégica cujo arcabouço conceitual e instrumental está vinculado a mecanismos decisórios baseados na hierarquia. Em síntese, a gestão social é apresentada como a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto e na emancipação enquanto fim último.

Já Costa, Barros e Carvalho (2011) buscaram identificar e discutir diferentes apropriações da ideia de empreendedorismo ao longo da história por meio dos discursos acerca do empreendedor e de seu papel na sociedade capitalista ocidental. Os contextos selecionados para reflexão foram: o período clássico de formação do capitalismo, o advento do capitalismo monopolista e o capitalismo em sua atual configuração. Como os discursos não são neutros, a identificação de tais descontinuidades permite desvelar argumentos ideológicos que muitas vezes naturalizam os fenômenos históricos que permeiam os discursos e corroboram o atual resgate de um modelo específico de empreendedor, elegendo a empresa capitalista contemporânea como centro do processo socioeconômico de geração de riqueza, de renda e de trabalho. Como resultado da pesquisa, os autores sugerem que a (re)produção de discursos sob a lógica do sistema de mercado permite que, nos dias de hoje, a ideia de empreendedorismo desempenhe papel primordial na sociedade: assegurar que cada indivíduo assuma, como suas, as metas de reprodução do sistema capitalista. Por essa mesma razão, tal processo se distancia da busca pela emancipação e, ao contrário, promove modelos opressivos de comportamentos individuais destinados, em conjunto, a trabalhar ideologicamente para o alcance dos objetivos do capital.

Em relação ao artigo de Batista-dos-Santos, Alloufa e Nepomuceno (2010), foi feito um estudo baseado em leituras de Adorno e Horkheimer, autores primeira geração da Escola de Frankfurt. O texto traz compreensões sobre ontologia, epistemologia e metodologia crítica visando a contribuir com a prática de pesquisas críticas, de tradição frankfurtiana, no campo da Administração partindo da discussão ontológica para fundamentar a perspectiva epistemológica frankfurtiana. Apresentam, então, dimensões epistemológicas críticas e propõe três pares

categóricos dialéticos para a compreensão da realidade: naturalização *versus* história, sistema *versus* práxis social, alienação/dominação *versus* emancipação. O texto discute aspectos metodológicos e finaliza socializando um exemplo de pesquisa crítica, de tradição frankfurtiana, na Administração.

Souza e Carrieri (2010) explicam que a analítica *queer* comumente relacionada a estudos de gênero é uma abordagem conceitual recente. Este artigo trouxe à tona essa perspectiva pouco explorada na análise crítica do campo organizacional. Os principais conceitos e princípios relacionados às ideias contidos no pensamento *queer* são apresentados, e discutem-se as principais diferenças entre a analítica *queer* e os estudos modernistas de gênero. A analítica *queer* está fundamentada em Foucault que defende uma visão pós-identitária e fragmentada em relação ao pensamento identitário/binário hegemônico sobre a sexualidade e os estudos de gênero.

Tal visão é fundamental para o fomento de resistência e desenvolvimento de práticas organizacionais locais e empíricas que possam promover uma atuação e intervenção diante das práticas opressivas direcionadas não só à sexualidade, mas também a outras formas de opressão no local de trabalho. Conclui-se que a emancipação das práticas hegemônicas de poder contemporâneas reside na visão pós-identitária e não binária de mundo como possibilidade de contribuição para a construção de uma nova realidade social nas organizações, realidade esta que possa combater os dispositivos de biopoder relacionados não somente à sexualidade, mas também aos demais dispositivos de poder.

Brunstein e Jaime (2009) tratam da formação de grupo de suporte no marco das políticas de diversidade empresarial. Visando contribuir para o preenchimento dessa lacuna, o trabalho analisou um Comitê de Mulheres, a fim de compreender de que forma ele é influenciado pela política de diversidade formatada pela direção da organização e a influência. Foi realizado um estudo de caso etnográfico em uma corporação transnacional cuja sede no Brasil está localizada em São Paulo. Os resultados apontam para um paradoxo. Por um lado, o Comitê analisado representa um processo de emancipação, sinalizando para práticas gerenciais mais inclusivas e participativas. Por outro, notou-se a presença de mecanismos de controle, uma vez que há um esforço da direção da empresa em disciplinar o seu funcionamento.

O trabalho de Cardoso e Serralvo (2009) traz uma visão transdisciplinar da área buscando novas posturas epistemológicas e metodológicas que não sejam apenas justaposição de ideias e métodos, mas sim uma tentativa na busca de *insights* e abordagens múltiplas que possam dar conta da essência dos fenômenos da área, que de alguma maneira estão conectados com o universo amplo das ciências sociais nos seus diferentes domínios e corpo multidisciplinar. Os autores procuram no enfoque da complexidade, fundamentação para o desenvolvimento de um pluralismo metodológico sustentado pela transdisciplinaridade, e desenvolve um questionamento às racionalidades dominantes, que, de alguma maneira, tem servido de referências teóricas e epistemológicas para justificativa de uma administração onde não há espaço para emancipação e criatividade. O artigo desenvolve novas perspectivas epistemológicas que podem significar análises mais adequadas e fecundas dos fenômenos individuais e coletivos que caracterizam o universo das organizações, nos seus conflitos, nas suas contradições e na sua própria razão de ser e na da sociedade.

Paiva Junior, Almeida e Guerra (2008) tentam compreender o conceito de *empreendedor humanizado*. O filme *Beleza Americana* foi analisado em uma visão comparativa de personagens demarcados por tipologias empreendedoras e sob uma abordagem crítica: o empreendedor humanizado e o atomístico marginal e de sucesso. O primeiro constrói sua identidade na esfera das relações sociais, como forma de emancipação humana, e o segundo caracteriza-se por um padrão de comportamento despersonalizado e individualista. O fato de o empreendedorismo se inserir em uma perspectiva sócio-histórica e humanizadora contribui para se conduzir a discussão sobre o tema para além da dimensão econômica. Isso ocorre ao serem introduzidas concepções que ultrapassam a lógica de ação puramente racional, individualista e utilitarista. O entendimento múltiplo do fenômeno realça a posição do empreendedor como agente comprometido com a mudança da realidade social.

Silva e Fernandes (2011) estudaram sobre a racionalidade substantiva no processo decisório em duas instituições que lidam com o tratamento oncológico em crianças e adolescentes na cidade de Natal, no estado do Rio Grande Norte. A partir de uma revisão de literatura sobre a racionalidade substantiva, o objetivo da pesquisa era perceber aspectos relacionados ao processo

decisório que pudessem servir de base para elaborar as *categorias de análise* do processo Tomada de Decisão, agregando-as a um novo estudo que pudesse proporcionar o avanço do tema na ciência administrativa. Serviram de base para o aprofundamento do tema os trabalhos acadêmicos que seguiram o modelo de análise elaborado por Maurício Serva, cujo quadro verifica a racionalidade predominante em 11 processos administrativos internos em organizações produtivas. Tendo como base teórica a obra de Guerreiro Ramos, que constata a existência de um tipo de organização ideal, o estudo recorre ao pensamento de Karl Polanyi, que procura compreender o fenômeno econômico independente do valor que permite considerar economias não mercantis.

Para melhor compreender a racionalidade resgatam-se os estudos de Max Weber, que investiga o significado de ação social, e com Jürgen Habermas se tem uma concepção mais abrangente de razão através da teoria da ação comunicativa. Como resultado da revisão do tema foi elaborado um quadro com sete categorias de análise que, aplicadas nas instituições pesquisadas, tornou possível conhecer a racionalidade predominante no processo decisório. Os resultados da pesquisa confirmam que, embora a decisão envolva elementos racionais, existem também valores específicos de cada indivíduo ligados à sua experiência de visão de mundo, permeados não só pela racionalidade instrumental como também pela racionalidade substantiva. O estudo comprovou que duas instituições pertencentes ao mesmo setor podem apresentar diferentes tipos de racionalidade na tomada de decisão, quando fatores decisórios podem tender para a racionalidade instrumental, de acordo com o pensamento clássico da administração, como também podem emergir da racionalidade substantiva, contribuindo para o processo de emancipação do ser humano na esfera do trabalho.

É possível observar no artigo de Silva e Sachuk (2012) a busca por desvendar se os ex-cortadores de cana-de-açúcar que exercem atividades administrativas em nível operacional, nas usinas sucroalcooleiras da região noroeste do Estado do Paraná, manifestaram indícios de emancipação humana a partir da ação dialógica com seus ajustes profissionais. A pesquisa é qualitativa do tipo descritiva, cujo corte temporal foi seccional. Os resultados apontam que os ex-cortadores de cana-de-açúcar necessitam estar preparados para aproveitar as oportunidades que as usinas, lócus da pesquisa, venham a lhes conceder e que são responsáveis por sua ascensão na estrutura hierárquica e social e por seu ajuste



profissional; por meio dos relatos dos ex-cortadores de cana-de-açúcar, não foi possível observar indícios de emancipação após o ajuste profissional. Isso significa que não foi identificada a ação dialógica nem, tampouco, o entendimento mútuo. Os autores concluíram que os participantes da pesquisa foram cooptados e absorvidos pela ideologia das usinas na região noroeste do Estado do Paraná.

Saraiva (2011) partiu do pressuposto de que se verifica a mercantilização da educação no nível superior, objetivando apontar os limites da concepção e estruturação do atual ensino superior brasileiro em Administração e discutir as possibilidades de outra formação, mais profunda e menos instrumental, baseada na educação crítica. As principais conclusões apontam no sentido de politizar a concepção e as práticas do ensino superior de Administração, aproximando-a da educação crítica e do seu compromisso com a emancipação humana.

Benini e Benini (2010) tecem algumas reflexões referentes à questão da autogestão, no contexto do movimento da chamada “economia solidária”. Para tanto, o caminho foi aquele que considera a realidade saturada de contradições e em constante transformação. Os autores buscaram ter como orientação epistemológica algumas categorias fundamentais, das quais se destacam: a perspectiva de totalidade, a centralidade do trabalho e a problemática da alienação. Os mesmos observaram que a práxis do movimento de trabalhadores em se associarem é situada dentro da crise estrutural do capital, logo, tal movimento sugere duas perspectivas: como organizações funcionais ao sistema, logo, uma alternativa produtiva de geração de renda e de trabalho; e/ou como uma forma de resistência dos trabalhadores. Benini e Benini (2010) concluem que, apesar da situação de funcionalidade, a lógica da acumulação dos empreendimentos ditos “solidários” não é um determinismo linear, mas, sim, um movimento de criar, continuamente, novos pontos de resistência, fruto das reiteradas tentativas de experimentar algum grau de autogestão no capitalismo, o que aponta para novas possibilidades históricas e políticas derivadas de uma consciência coletiva em construção.

Morais e Bacic (2009) relatam que em muitos países observa-se o crescimento de iniciativas de produção e de prestação de serviços organizados com base na livre associação e nos princípios de cooperação e autogestão. A presença e a progressiva amplitude desse campo de práticas suscitaram programas e ações, no

sentido de promovê-las como opção de renda. Ao mesmo tempo, provocou-se uma série de debates acerca de suas causas e de sua eficácia como alternativa de desenvolvimento socioeconômico. A “economia social” constitui uma realidade heterogênea, na qual não existe consenso no que diz respeito ao conceito e à delimitação de suas fronteiras. Os autores atuaram a partir de um estudo exploratório realizado por meio da revisão da literatura pertinente, contribuindo com o avanço dessa discussão para, posteriormente, discutir as dificuldades dos “programas de emancipação” aos beneficiários do Programa Bolsa Família do Governo Federal no Brasil, frente à natural fragilidade desses empreendimentos e ao fato de que a maioria dos beneficiados dos programas, não possui minimamente o conjunto de requisitos necessários para se tornar empreendedor.

Tal avaliação dos artigos encontrados no período de 2007 a 2012 reforça a validade da presente pesquisa, já que a torna altamente inovadora dentro do campo teórico cruzando os conceitos de Teoria Crítica, principalmente no que diz respeito à Emancipação e ao Impedimento e os levando para um estudo de campo efervescente (a atual situação mental, física e psicológica dos professores estaduais na cidade de Londrina e suas consequências para os professores, alunos e sociedade) onde todos os conceitos podem ser aplicados em um espectro altamente relevante para futuras considerações em estudo acadêmico e também de implementação de políticas públicas.

No presente trabalho, as temáticas desenvolvidas por Cançado, Tenório e Pereira (2011) mostram-se particularmente relevantes, pois mostra a face da gestão social e sua preocupação com o envolvimento de todos no processo de tomada de decisão coletiva, indo contra mecanismos decisórios baseados na hierarquia de Governo soberano, mas sendo social, não havendo coerção e se mostrando baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto e na emancipação enquanto fim último.

Outro artigo relevante à presente pesquisa é o de Saraiva (2011), pois faz uma verificação da mercantilização da educação no nível superior, objetivando apontar os limites da concepção e estruturação do atual ensino superior brasileiro em Administração e discutir as possibilidades de outra formação, mais profunda e menos instrumental, baseada na educação crítica. O mesmo modelo pode ser facilmente relacionado com o ensino Fundamental e Médio, tanto de escola

públicas quanto privadas. O artigo conclui que se faz necessário politizar a concepção e as práticas do ensino superior de Administração, aproximando-a da educação crítica e do seu compromisso com a emancipação humana, sendo que o mesmo seria crucial no ensino público Fundamental e Médio, se o mesmo acontecesse, com professores e alunos destes nichos, a emancipação da sociedade em termos mais amplos se mostraria uma forte tendência.

### 2.3.2 Impedimento

O artigo de Boyeur (2004) relata que o trabalho, comumente, é visto como ação. Os sujeitos estariam, então, envolvidos no “fazer” algo tangível ou não. Por outro lado, aquilo que não se pode fazer devido ao “impedimento” gera fenômenos que demandam investigação empírica. O autor relata que se faz necessário partir para um caminho inverso daquele proposto pela análise do que se faz: analisar o seu contrário, aquilo que não se faz porque se encontra impedido. A proposta é isolar e objetivar a categoria “impedimento” como um domínio privilegiado de investigação empírica e teórica dotado de uma própria ordem autônoma.

Essa “rota pelo contrário do trabalho” pode contribuir, sobremaneira, para a compreensão de problemas que, historicamente, tem assolado os trabalhadores e empresas de diferentes setores. Resultados de estudos realizados em “call centers” de diferentes empresas, em São Paulo, mostraram que o impedimento submete os trabalhadores a contradições nocivas, caracterizadas pelas diferentes maneiras pelas quais, por um lado, são “impedidos” de agir para realizar um atendimento de qualidade e, por outro, são obrigados a alcançar elevados índices de produtividade. Boyeur (2004) explica que o conhecimento do reverso do trabalho ou impedimento permite encontrar alternativas para o projeto de tarefas e do posto que não gerem restrições nocivas à produtividade e à saúde.

## 2.4 CONSTRUCTOS

Através de uma análise da revisão teórica e empírica, foi possível coletar os seguintes constructos para embasamento da presente pesquisa.

**Quadro 2 – Síntese dos conceitos de emancipação e impedimento**

<b>Constructos</b>	<b>Principais autores</b>	<b>Conceito</b>	<b>Subcategorias</b>
<b>Emancipação</b>	Adorno e Horkheimer (1947 apud DUARTE, 2002)	Esclarece o projeto de construção de uma crítica da ideologia da sociedade industrial, na qual as ideias de emancipação de todas as formas de dominação, de autonomia e cidadania plena estão interligadas, porque essas três dimensões formam a chave para explicar porque os homens, sob a aparência de vida social livre, continuam legitimando as formas tradicionais de dominação.	Formas de dominação, autonomia, cidadania plena.
<b>Emancipação</b>	Nobre (2004)	Não cabe à Teoria Crítica limitar-se a dizer como as coisas funcionam, mas analisar o funcionamento concreto delas à luz de uma emancipação ao mesmo tempo concretamente possível e bloqueada pelas relações sociais vigentes.	Possível, bloqueada, relações sociais vigentes.
<b>Impedimento</b>	Dejours (1994)	Nosso comprometimento com a tarefa, deriva do conteúdo simbólico do trabalho, seja para o próprio sujeito seja em relação ao exercício de uma profissão seja frente ao estatuto social que pode ser percebido neste trabalho.	Conteúdo simbólico do trabalho, estatuto social.
<b>Impedimento</b>	Clot (1995)	A demanda insistente pelo reconhecimento do outro ocorre entre aqueles que se encontram impedidos de se reconhecer naquilo que fazem, isto é, aqueles que veem seu ofício sendo maltratado.	Ofício maltratado.
<b>Impedimento</b>	Sznelwar; Mascia e Bouyer. (2006)	Por impedimento (ação de impedir), entende-se um processo que faz com que a ação seja dificultada, paralisada, bloqueada, inibida ou feita um obstáculo à execução de uma ação. O conceito de impedimento se aplica quando o sujeito não tem outra escolha a não ser aquela de ceder, parar de fazer, parar de funcionar, parar de ser.	Ação dificultada, paralisada, bloqueada, inibida; ceder, parar de fazer, de funcionar, de ser.
<b>Impedimento</b>	Bouyer (2004)	O ambiente organizacional tem de desprover-se de quaisquer impedimentos psicológicos sobre os diversos <i>stakeholders</i> . Caracteriza estes constrangimentos e restrições como as maiores fontes de sofrimento no trabalho.	Constrangimento, restrições, sofrimento.

Fonte: Autora.

Ou seja, o impedimento advém da Teoria Crítica como forma de um antagonismo ao conceito de emancipação. O sujeito não emancipado, dentro do conceito de impedimento, corre sérios riscos de se tornar impedido e desencadear uma série de consequências psicológicas e físicas. Observa-se, ainda, a necessidade de colocar-se em uma posição mais humanizada da visão do próprio ser humano, uma vez que o modelo atual de atribuição de papéis tem sido acatado pela sociedade, mas ao mesmo tempo, tem causado mal-estar. Segundo Burrell e Morgan (2006), é necessário haver uma tentativa de colocar as organizações em comparação à sociedade, sendo que a sociedade é extremamente complexa e heterogênea no que diz respeito à interação e igualmente confusa em relação aos seus papéis.

## 2.5 O ATUAL CONTEXTO DO TRABALHO DOCENTE NA ESCOLA PÚBLICA

Nas três últimas décadas do século XX profundas transformações ocorreram no mundo do trabalho as quais se intensificaram no início do século XXI. Tais mudanças, que se originaram no setor industrial, atualmente estão presentes em todas as áreas, incluindo o setor de serviços como o de educação. Desta forma, os professores em seu processo de trabalho, estão submetidos à mesma lógica do setor industrial, ou seja, a lógica da produtividade, da flexibilização, do aumento do ritmo e carga de trabalho, da terceirização e da precarização dos vínculos de trabalho. A flexibilização da estrutura curricular, dos processos de avaliação e as novas formas de gestão da escola são exemplos dessas mudanças que tem exigido padrões diferenciados de organização do trabalho escolar e um novo perfil de trabalhadores da educação. (CODDO, 1999).

Outro aspecto relevante a ser destacado neste final e início de século, é o crescimento significativo do chamado setor de serviços ou setor terciário da economia, fazendo parte atividades que vão desde o turismo, comércio, serviços financeiros, jurídicos, comunicação, auditoria, consultoria, engenharia, etc., além das atividades públicas e privadas de defesa, segurança, educação, saúde, entre outras. (PIRES, 1998).

Para Pires (1998), o setor de serviços realiza atividades fora da esfera da produção material, as quais são fundamentais e necessárias para a manutenção e reprodução da vida em sociedade. Ainda, para este mesmo autor,

fazem parte deste setor, os sistemas de educação e saúde, públicos ou privados, que procuram dar condições para que os membros da sociedade possam atuar como tais. Portanto, devem ter condições de atender às expectativas e demandas de cada um. No cenário de transformações no mundo do trabalho e no próprio perfil de adoecimento dos trabalhadores faz-se necessário que os pesquisadores envolvidos com a temática da saúde, empreendam esforços para compreender as mudanças recentes, pois o modo das pessoas fazerem uso de suas capacidades físicas, cognitivas e afetivas para produzir foi transformado, exigindo maior flexibilidade por parte dos trabalhadores.

Flexibilidade, segundo Assunção (2003), seria, por exemplo, a capacidade de ceder e recuperar-se de uma árvore, principalmente de seus galhos. Contudo, no modo de produção capitalista, exige-se uma flexibilidade das capacidades adaptativas dos trabalhadores até o ponto máximo, dobrando-os, sem oferecer-lhes as chances ou oportunidades para se recuperarem, e assim preservarem sua saúde. Os efeitos do desgaste permanente e cotidiano sobre a saúde é muitas vezes silencioso e nem sempre apreendido pelo saber médico, baseado nas ciências biológicas e no entendimento da doença como presença ou ausência de sinais e sintomas. As consequências das mudanças no mundo do trabalho sobre a saúde dos professores, ainda são pouco estudadas.

Há um consenso de que ensinar é uma ocupação altamente estressante, com repercussões na saúde física e mental e no desempenho profissional dos professores. Os problemas mais frequentemente encontrados nas investigações foram: stress, perda de energia, impaciência, dores de cabeça, hiperalimentação, aumento da irritabilidade e dores na coluna. Os dados revelam um conjunto de repercussões nocivas do trabalho na saúde dos professores, ainda que a visibilidade dessas repercussões não seja tão evidente e imediata como em outras categorias profissionais.

No Brasil, pouco se fez no sentido de avaliar os efeitos do trabalho sobre a saúde em categorias de trabalhadores onde esses riscos são menos visíveis, como é o caso dos professores. As referências de estudos abordando as condições de saúde e trabalho do professor é ainda escassa; apenas na segunda metade da década de 1990 foram produzidas algumas investigações abordando as condições de saúde e trabalho em escolas públicas. As evidências encontradas,

nesses estudos, são preocupantes e apontam para a necessidade de medidas imediatas.

De acordo com Codo (1999), praticamente a metade dos educadores sofre com algum sintoma de *burnout*, uma síndrome da desistência de quem ainda está lá, já desistiu e ainda permanece no trabalho. Este autor afirma que um em cada quatro educadores sofre de exaustão emocional. Apesar desses dados, observou-se que 90% dos trabalhadores em educação estão muito satisfeitos com a atividade que desenvolvem, a grande maioria está muito comprometida com o seu trabalho. Assim como entender um trabalho onde coabitam siameses o prazer e o sofrimento, a realização e a perda de si mesmo, o inferno e o paraíso.

Para Scremin (2005), as práticas educacionais encontram-se no modo de produção capitalista, diante de uma contradição, de um lado o sistema educacional tem como função propiciar condições para a sociedade produzir, atendendo a expectativa do mercado de trabalho, de outro, quando essas práticas se estabelecem no âmbito das relações capitalistas de produção, em que o principal objetivo é o acúmulo de riquezas, torna o acesso ao sistema educacional precário, colocando em risco à produção e a reprodução da força de trabalho. Relata ainda que na educação, a produção é inseparável do ato de produzir, não tem forma autônoma em relação aos seus produtores, pois a produção e o consumo são indissociáveis, ocorrem ao mesmo tempo.

Independentemente do setor em que sejam realizadas as práticas educacionais são entendidas como parte da esfera de “produção imaterial”, não produzem mercadorias, mas são fundamentais para a vida em sociedade. Ao longo da história o trabalho do professor já foi visto como atividade de alto valor social, interpretada como um “dom”, ou “sacerdócio”, valorizado por todos os cidadãos e assumido pela sociedade como uma atividade pública de alta relevância. Para falar sobre este tipo de trabalho é necessário primeiro compreender o que se entende por educação.

Educar é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações jovens para adaptá-las à vida social; trabalho sistematizado, seletivo, orientador, pelo qual nos ajustamos à vida, de acordo com as necessidades ideais e propósitos dominantes; ato ou efeito de educar; aperfeiçoamento integral de todas as faculdades humanas, polidez, cortesia. (BRANDÃO, 2004).

Para Brasil (2003), só existe saber quando o homem inventa, reinventa, se mantém inquieto, impaciente, permanente, aprendendo com o mundo e com os outros. O ato de educar deve ser sempre um ato de criação e recriação de significados, tendo como base do processo a libertação não só no campo cognitivo como também nos campos social e político. Além disso, é importante destacar uma característica particular da educação que se refere à feminilização da profissão, a qual pode ser observada desde o início da profissão de educador até a atualidade. Essa particularidade pode ser explicada pelas especificidades do ato de ensinar a criança, desde seu nascimento, como uma atribuição essencialmente da mulher, responsável pela criação dos filhos no âmbito doméstico.

Na metade do século XIX apareceram as primeiras instituições voltadas para a preparação de professores para a prática docente, as escolas normais, que apesar de atender a ambos os sexos, bastante inovador para a época, apresentaram frequência essencialmente feminina (SANTOS; LUPORINI, 2003). Durante muito tempo a profissão de professora foi praticamente a única em que as mulheres puderam exercer um trabalho digno que as inserissem no mercado, uma vez que as demais profissões eram acessíveis apenas aos homens, ficando o magistério, pelos atributos que lhe imputaram como missão, vocação ou continuidade daquilo que era realizado no lar, tornando-se uma profissão adequada às mulheres.

No Brasil, a partir das primeiras décadas do século XX inicia-se o processo de transformação da sociedade com o crescimento do setor industrial, da urbanização e aumento das camadas médias, o que acabou consolidando a escola como instituição responsável pelo progresso e pela ascensão social dos indivíduos. É dentro deste contexto que ocorre a reestruturação das escolas, expandindo o setor público e dividindo com o privado a responsabilidade educacional do conjunto da sociedade brasileira.

Nos últimos tempos, com o predomínio e expansão das relações capitalistas, a atividade educativa foi perdendo seu sentido original e assumindo características mercantis, ou seja, a educação passou a ser um setor de investimento do capital, que busca nele mais uma possibilidade de lucratividade. Assim, o processo educativo, como produtor de mercadorias, foi paulatinamente sendo absorvido pelo setor privado e mesmo quando ocorre em instituições



públicas, a lógica que predomina é a mesma da iniciativa privada, sem contar o processo de desmantelamento intencional da educação pública.

No que se refere ao processo de trabalho, aplicam-se aos professores regras semelhantes às aquelas dirigidas aos demais trabalhadores do setor primário e secundário da economia, tais como a produtividade, a flexibilização, o aumento do ritmo de trabalho, o tipo de tarefa a ser executada, o tempo para a sua execução, a jornada e a carga de trabalho, a terceirização e a precarização dos vínculos de trabalho. Conforme Oliveira (2004), estas mudanças introduzidas na organização escolar são evidenciadas na maior flexibilização das estruturas curriculares e dos processos de avaliação, na instituição de diferentes formas de gestão, confirmando a existência de novos padrões de organização do trabalho escolar, que passou a exigir um novo perfil de trabalhadores da educação.

Dentro deste contexto, os trabalhadores docentes veem-se forçados a dominar novas práticas e novos saberes no exercício de suas funções, apesar de sofrerem neste processo insegurança e desamparo tanto do ponto de vista objetivo, em face das condições inadequadas de trabalho, quanto do ponto de vista subjetivo, diante da precarização das relações trabalhistas.

As transformações sociais, as reformas educacionais e os modelos pedagógicos derivados das condições de trabalho dos professores provocaram mudanças na profissão docente, estimulando a formulação de políticas por parte do Estado. De acordo com Souza *et al.* (2003), até os anos de 1960, a maior parte dos trabalhadores do ensino gozavam de uma relativa segurança material, de emprego estável e de um certo prestígio social. Já a partir dos anos de 1970, a expansão das demandas da população por proteção social provocou o crescimento do funcionalismo e dos serviços públicos gratuitos, entre eles a educação.

Na atualidade, o papel do professor extrapolou a mediação do processo de conhecimento do aluno, o que era comumente esperado. Ampliou-se a missão do profissional para além da sala de aula, a fim de garantir uma articulação entre a escola e a comunidade. O professor, além de ensinar, deve participar da gestão e do planejamento escolares, o que significa uma dedicação mais ampla, a qual se estende às famílias e à comunidade.

Embora o sucesso da educação dependa do perfil do professor, a administração escolar não fornece os meios pedagógicos necessários à realização das tarefas, cada vez mais complexas. Os professores são compelidos a buscar,

então, por seus próprios meios, formas de requalificação que se traduzem em aumento não reconhecido e não remunerado da jornada de trabalho (TEIXEIRA, 2001).

É pertinente defender que o sistema escolar transfere ao profissional a responsabilidade de cobrir as lacunas existentes na instituição, a qual estabelece mecanismos rígidos e redundantes de avaliação e contrata um efetivo insuficiente, entre outros. A título de exemplo, em 2002, o IV Congresso Nacional de Educação registrou o déficit nacional de professores em educação básica no Brasil, pois eram necessários mais 836.731 para a educação infantil, 167.706 para o ensino fundamental e 215 mil para o ensino médio (SOUZA *et al.*, 2003). Os dados do Ministério da Educação, já em 2013, esclarecem que, somente no ensino médio, faltam na rede, para citar apenas um dos casos de insuficiência de efetivo, 23,5 mil professores de física (MEC/INEP, 2013).

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Minayo (2007) conceitua metodologia como sendo o caminho do pensamento e a prática exercida ao abordar a realidade incluindo simultaneamente: a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e o potencial criativo do pesquisador (experiências, capacidade pessoal e sensibilidade). Além disso, indica as conexões e a leitura operacional que o pesquisador fez do quadro teórico e de seus objetivos de estudo.

#### 3.1 CLASSIFICAÇÃO GERAL DA PESQUISA

Considerando o fato de que esta pesquisa tem como base a Teoria Crítica e suas nuances, é natural que a mesma seja de natureza qualitativa. Foi feito um corte transversal onde um grupo de professores da rede estadual de ensino na cidade de Londrina foi entrevistado a partir de um *focus group*.

O presente trabalho é de natureza qualitativa, pois de acordo com Minayo (2004), a pesquisa qualitativa considera o universo de significados, crenças, valores, atitudes, motivações e aspirações correspondentes a um espaço profundo das relações, processos e fenômenos, os quais não podem ser quantificados, sendo que a mesma garante então riqueza dos dados, melhor compreensão do fenômeno e principalmente do significado por trás dos argumentos dos indivíduos (CRESWELL, 2007).

Para Richardson (2008), a pesquisa qualitativa se caracteriza como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos. Segundo Richardson (2008), a fonte primária é aquela que teve uma relação física direta com os fatos analisados, existindo um relato ou registro da experiência vivenciada, observando-se, então, diversos instrumentos de coleta de dados que podem ser utilizados para obter informações de grupos sociais, entre eles o autor aborda o questionário, a entrevista e a observação.

Enquanto estudos quantitativos geralmente procuram seguir com rigor um plano previamente estabelecido (baseado em hipóteses claramente indicadas e variáveis que são objeto de definição operacional), a pesquisa qualitativa

costuma ser direcionada ao longo de seu desenvolvimento; além disso, não busca enumerar ou medir eventos e, geralmente, não emprega instrumental estatístico para análise de dados.

Seu foco de interesse é amplo e parte de uma perspectiva diferente da adotada pelos métodos quantitativos. Dela faz parte a obtenção de dados descritivos obtidos através de contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo. Nas pesquisas qualitativas, normalmente o pesquisador procura entender os fenômenos segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada e, a partir de então, situa sua interpretação dos fenômenos estudados.

Os estudos qualitativos diferem entre si quanto ao método, à forma e aos objetivos. De acordo com Godoy (1995, p. 62), a diversidade existente entre os trabalhos qualitativos pode ser enumerada em um conjunto de características essenciais capazes de identificar uma pesquisa desse tipo:

- a) o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental;
- b) o caráter descritivo;
- c) o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida como preocupação do investigador;
- d) enfoque indutivo.

Tendo em vista que a unidade de análise será o indivíduo na figura do professor e sua percepção da possibilidade de sofrer impedimento no ambiente de trabalho, faz-se de fundamental importância uma abordagem qualitativa. A pesquisa foi realizada no ambiente natural (escola), com caráter descritivo da percepção (significado que dão às coisas), investigativo (através da ênfase na realidade velada) e indutivo (com roteiro flexível).

O corte da investigação usado foi o transversal. Segundo Richardson (2008), em um estudo de corte transversal os dados são coletados em um ponto do tempo, com base em uma amostra selecionada para descrever uma população em um determinado momento. Serão coletados dados primários por meio de *focus groups* em uma escola da rede estadual de ensino no município de Londrina.

A pesquisa se caracteriza como exploratória e descritiva. Exploratória porque através da investigação buscou-se conhecer o fenômeno a ser estudado. Segundo Richardson (2008), a pesquisa exploratória tem como objetivo conhecer as características de um fenômeno para procurar, posteriormente, explicações de suas causas e consequências. Os estudos exploratórios permitem ao investigador aumentar sua experiência em torno de um determinado problema, para encontrar os elementos necessários que lhe permitam, em contato com determinada população obter os resultados que deseja. E descritiva porque busca descrever um fenômeno detalhando sua realidade (TRIVIÑOS, 1987).

De acordo com Triviños (1987), o estudo descritivo busca descrever com exatidão os fatos e os fenômenos de determinada realidade buscando conhecer seus traços característicos, suas gentes, seus problemas, suas escolas, seus valores, etc. O objetivo da pesquisa descritiva é descrever sistematicamente um fenômeno ou área de interesse de forma detalhada e objetiva (RICHARDSON, 2008).

Sendo assim, a presente pesquisa corrobora com o fato de ser exploratório-descritiva, pois levou em conta a busca da realidade através da percepção dos indivíduos e análises de suas rotinas e atitudes.

### 3.2 COLETA DE DADOS

O objetivo geral é o de compreender a percepção dos professores da rede pública estadual em Londrina em relação aos possíveis impedimentos no ambiente de trabalho, assim como suas consequências para o desenvolvimento das atividades pedagógicas. Já os objetivos específicos consistem em verificar as causas de absenteísmo dos professores da rede pública estadual de Londrina; verificar o grau de conhecimento dos professores em relação aos possíveis impedimentos e suas consequências para o ambiente organizacional e para o indivíduo (professor); identificar relações entre tal verificação e as possíveis causas de afastamentos médicos por parte dos docentes e os fatores de impedimento propostos neste trabalho. Para tal, foram utilizados dados primários através de *focus group* e dados secundários colhidos por meio de anotações de campo e documentos de campanhas da APP e do site do SEED (Secretaria da Educação do Estado do Paraná).

Os dados primários se referem, segundo Richardson *et al.* (1999), a aqueles dados que tem relação física direta com os fatos analisados, existentes em relatos ou registros da experiência vivida. São considerados como dados primários deste estudo todos os dados coletados a partir da realização do *focus group*.

Segundo Oliveira e Freitas (2010), com o *focus group* obtemos uma entrevista em profundidade realizada em grupo. O foco será o objeto de análise neste momento de coleta à interação dentro do grupo. Vale ressaltar, ainda, segundo os autores, que o *focus group* combina elementos da coleta de dados qualitativos, da entrevista individual e a observação participante, fato este que justificou a escolha do mesmo.

Sendo de natureza qualitativa, a técnica de pesquisa privilegiada nas pesquisas críticas oferece a oportunidade de coletar informações por meio da fala dos atores sociais e possibilita entender o que e como as pessoas pensam e sentem acerca do assunto pesquisado. Esse processo de interação com o outro possibilita tomá-lo como sujeito particular, não padronizável. A pesquisa crítica considera a relevância das narrativas que os sujeitos fazem das suas práxis como espaço de emergência do seu processo de construção de sentidos em relação dialética com a totalidade.

Um trabalho de campo crítico visa um contato do pesquisador com o mundo vivido dos sujeitos. Com o contato direto através de *focus group*, busca-se a rememoração do cotidiano, o agir dos sujeitos, sua práxis favorecendo a compreensão da realidade como ela é.

### 3.2.1 Unidade de Análise

De acordo com pesquisa no site da Secretaria de Educação do Estado do Paraná (SEED), o Estado do Paraná conta hoje com 2.139 escolas divididas em Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos, Educação de Nível Técnico Integrado e Não-Integrado à EJA e Educação Especial (PARANÁ, 2012). Já o número de professores nas escolas estaduais no Paraná é atualmente de 74.333. Londrina conta atualmente com 74 escolas estaduais ficando apenas atrás de Curitiba, a qual conta com 163 escolas estaduais (Anexo B). O número de professores nas escolas estaduais de Londrina é de 5.392, sendo que Curitiba conta com 9.999 professores, mostrando a importância

da pesquisa para, não somente aos diretamente envolvidos (professores e pesquisadora), mas para a sociedade a fim de proporcionar reflexão por parte dos professores e atitudes das autoridades em relação a novas políticas públicas.

A pesquisa foi realizada em uma escola de ensino público estadual na cidade de Londrina em um bairro categorizado como C3 (médias densidades, renda e infraestrutura baixas) no mapa ambiental da cidade baseado no Censo Demográfico 2000 (Anexo C) (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, 2012). A escola foi fundada no final dos anos 1980 sendo constituída por dois blocos com um total de 18 salas de aulas, uma biblioteca, uma cozinha industrial, dois banheiros coletivos, uma secretaria, uma sala de diretoria e coordenação pedagógica, uma sala de professores, um pátio, uma quadra poliesportiva coberta, estacionamento e guarita de segurança. Conta atualmente com 699 alunos distribuídos entre o Ensino Fundamental II e Ensino Médio em 18 turmas do Ensino Fundamental II, as quais frequentam a escola no período diurno e 6 turmas de Ensino Médio, as quais frequentam a escola no período noturno.

O número de professores atuando é de 40, sendo que 11 estão afastados das atividades por motivo de saúde. A carga horária dos professores varia entre 4 e 33 horas semanais. A escola conta com dois diretores e 4 agentes pedagógicos (auxiliares pedagógicos e bibliotecário), uma secretária, 4 funcionários de suporte técnico-administrativo, 8 funcionários de serviços gerais (limpeza, manutenção, merendeiras e porteiro).

De acordo com consulta ao site do Núcleo Regional de Ensino (2013), a escola teve um índice de 2.5 no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) sendo que a nota varia de 0 a 10 pontos. Nos últimos cinco anos, a escola teve um aumento de 5% nas reprovações entre alunos do Ensino Fundamental, chegando ao total de 34% de reprovações em 2011, sendo que os mesmos dados não estão disponibilizados para o Ensino Médio. Tal escola foi escolhida porque se mostrou extremamente aberta desde o contato inicial com a direção da escola. A escola escolhida teve seu nome guardado em sigilo para que a identidade de todos os trabalhadores envolvidos fosse preservada.

Os professores foram convidados, e não escolhidos, a participar do grupo, já que era de suma importância que todos os participantes do *focus group* estivessem presentes de livre e espontânea vontade dado o caráter da pesquisa ser qualitativo. A própria direção da escola repassou o convite para todos os professores

concurados que tivessem vontade de contribuir com a pesquisa, podendo assim se dirigir à escola para a participação. Sendo assim, não foram levados em consideração fatores como idade ou experiência no cargo, no entanto, todos deveriam ser professores concursados para que houvesse um maior comprometimento e conseqüente validação da pesquisa. Tais professores eram exclusivamente do Ensino Fundamental II e Ensino Médio, já que juntos representam quase 80% dos professores estaduais concursados na cidade de Londrina onde o Ensino Fundamental I é predominantemente gerenciado pela prefeitura do município.

Na ocasião do *focus group*, apenas 20% dos professores convidados compareceram à escola para a participação, mesmo que quem tivesse decidido não participar deveria estar cumprindo horário de permanência regular, ou seja, 80% do quadro absteve-se daquele dia de trabalho, sendo que a direção justificou que a chuva poderia ter atrapalhado a jornada até o local. Sendo assim, houve a participação de 4 docentes durante 1 hora e 10 minutos de discussão.

Abaixo, apresenta-se o perfil dos participantes:

- Professor 1 (P1) – Professor de geografia para o Ensino Fundamental II e Ensino Médio em escolas estaduais e particulares há 10 anos. É original de Foz do Iguaçu tendo se mudado para Londrina em função de ter passado em concurso público para lecionar em escola estadual na cidade. É casado, sem filhos, tem 31 anos e a esposa também é professora de escola pública estadual em Londrina. O docente não tinha intenção de se tornar professor, mas sim de seguir carreira de funcionário público.
- Professor 2 (P2) – Professora de história há 13 anos na rede pública estadual em Londrina, original de Pitangueiras tendo se mudado para Londrina quando aprovada em concurso público para docente. É casada, tem 35 anos, sem filhos e vem de família de professores.
- Professor 3 (P3) – Professora de ciências e biologia na rede estadual para Ensino Fundamental II e Ensino Médio. Tem 29 anos, é casada e tem um filho. É docente há 8 anos, gostaria de ter se dedicado à carreira de pesquisadora, mas em função da gravidez precoce precisou estrategicamente se casar e prestar concurso para poder ajudar no sustento da família.
- Professor 4 (P4) – É a professora com mais anos de carreira. É docente há 19 anos em escolas públicas, casada e tem um filho. Professora de história para o Ensino Fundamental II e Ensino Médio. Já teve cargo de direção em uma escola por 2 anos. Natural do Estado de São Paulo gostaria de ter seguido a carreira de advogada, mas a cidade em que morava não oferecia curso de Direito, fato que a levou a escolher faculdade de História, tornando-se professora.



A partir desta perspectiva de carreira/trajetória de vida dos entrevistados, foram conduzidas as análises da pesquisa.

### 3.2.2 Instrumentos de Coleta dos Dados

Foi utilizada, então, a ferramenta conhecida como *focus group* como meio de discussão. De acordo com Krueger (1994) para que um *focus group* seja produtivo são necessários alguns cuidados como indivíduos participantes que tenham características específicas e similares (grupo homogêneo), que possam prover dados qualitativos em uma discussão focada em um tópico para que assim ajudem a entender o assunto em questão. A sessão deve conter no mínimo quatro e no máximo doze membros sendo que todos devem estar associados a pré-requisitos referentes à pesquisa.

Na presente pesquisa o uso de *focus group* se faz totalmente relevante e viável já que, além do fato de ser um instrumento de pesquisa qualitativo, tanto o grupo a ser estudado se encaixa perfeitamente no pré-requisito de Krueger (1994), e também o assunto a ser pesquisado está de acordo com as características básicas de grupos focais, ou seja, levantar questionamentos e percepções não percebidas anteriormente tanto pelos participantes, quanto pela pesquisadora.

Em relação à sessão em si, Krueger (1998) explica que deve ter a duração de até 1 ½ hora com uso de no máximo 10 questões abertas, que fluem de tópico geral para assuntos específicos, evitando-se o uso de questões com uso de “Por que?”. É usual que os participantes sejam pagos, pois despenderão seu tempo tanto na sessão quanto para o transporte a área. Não houve esta necessidade no caso da presente pesquisa, já que os professores em questão deveriam estar cumprindo horário de permanência na escola. Krueger (1998) ressalta que o local deve ser familiar, de fácil acesso e desprovido de interrupções e distrações. A discussão foi gravada em áudio para posterior estudo, para tal, todos participantes assinaram um termo de sigilo como encontrado no anexo E. Um assistente foi recrutado para anotação de fatos relevantes. Sendo assim conceituada, a pesquisa seguiu com a proposta original de *focus group* em escola estadual em Londrina em região de baixa renda.

Como guia de conduta para a pesquisadora, foram utilizados os parâmetros comportamentais sugeridos por Denzin e Lincoln (2000), onde se deve sempre buscar uma atitude crítica em campo, isto é: (1) fazer-se presente como sujeito cognoscente durante a entrevista, pelo exercício da reflexividade; (2) participar objetivamente da entrevista como interlocutor do entrevistado e não como interrogador; (3) tratar o entrevistado como sujeito e não como um depositário de informações; (4) fugir de uma postura de mero coletor ou receptor de dados. Enfim, deve-se evitar uma dupla retificação (do pesquisador e pesquisado), pelo estabelecimento de uma relação sujeito-sujeito, baseada na interlocução. As entrevistas podem assumir aspectos multifacetados para possibilitar uma aproximação do objeto de estudo sob várias perspectivas.

A indicação do número de entrevistados, de forma a assegurar a abrangência sobre o problema de pesquisa, representa uma limitação necessária na utilização do roteiro semi-estruturado (GODOI; MATTOS, 2006; FLICK, 2009), considerando a evidência que se pretendeu dar a elementos constitutivos de subjetividade a partir da construção teórica do estudo. Assim, por meio do roteiro semiestruturado, houve a possibilidade de acesso a uma maior quantidade de dados, os quais permitiram ampliar o escopo de discussão sobre o tema e também as inferências sobre a ocorrência dos fatos.

No entanto, de acordo com Selltiz et al. (1967, p. 66):

Além de entrevistar um número suficiente de pessoas, a fim de assegurar a representação de diferentes tipos de experiência, não existe regra simples para determinar o número de informantes que devem ser entrevistados em um estudo de experiência.

O roteiro semiestruturado possibilita o trabalho com questões abertas e fechadas, permitindo que no decorrer do discurso os entrevistados aprofundem suas reflexões sobre as questões apresentadas pelo pesquisador (MINAYO, 2008). No roteiro elaborado constam apenas questões abertas, servindo como guia e permitindo ao grupo a expressão corrente de sua percepção sobre cada elemento sobre o qual foi indagado.

Para May (2004) a obtenção de dados por entrevistas tem grande potencial para geração de informações sobre os sujeitos, uma vez que “geram compreensões ricas das biografias, experiências, opiniões, valores, aspirações,

atitudes e sentimentos das pessoas.” (MAY, 2004, p. 145). O contato com os entrevistados permite como fonte adicional de informação a observação do contexto e de suas expressões, os quais também refletem uma percepção ampliada do pesquisador sobre a interpretação e o posicionamento do indivíduo sobre o interesse imediato de investigação (CRESWELL, 2007).

Na presente pesquisa, o *focus group* aconteceu na escola descrita, na sala dos professores, no período noturno, durante um momento de permanência de docentes, ou seja, nenhum docente estaria lecionando ou foi retirado de sala de aula para participar da discussão. De acordo com a direção, é um período em que os professores ficam de plantão, caso algum aluno ou pai necessite conversar. Neste caso, a direção ficou de plantão para evitar maiores problemas no atendimento.

Fisicamente, a sala dos professores contava com mesa oval com dez cadeiras, ventilador de teto, armários, dois sofás e uma mesa de apoio com café, chá e água. Para maior conforto aos participantes, foram levados sucos gelados e biscoitos. Na ocasião da discussão, os envolvidos sentaram à mesa, sendo que o assistente estava sentado em um dos sofás na diagonal para que pudesse ter uma visão geral dos participantes. A discussão teve início às 19h30min e terminou em 1h10min, às 20h40min. Após a discussão, os participantes e a direção foram presenteados com caixas de chocolates.

Todo o processo se deu de forma tranquila, já que antes da discussão em si, foi explicado rapidamente aos professores o que é um *focus group* deixando-os à vontade caso não quisessem participar. Após a discussão, todos se colocaram à disposição para eventuais dúvidas, deixando seus contatos, caso houvesse necessidade, o que acabou não ocorrendo de forma que para complementação da pesquisa, foram utilizadas anotações de campo.

### 3.3 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS

Adorno (1980) alerta quanto aos cuidados necessários no processo interpretativo dos fenômenos sociais. Aquele que faz a crítica dialética deve evitar tratar o fenômeno e a interpretação de maneira absolutizada, como se houvesse uma invariância fenomenológica com conseqüente invariância na compreensão, como fazem os positivistas com os seus métodos aplicados ao fato. Ao contrário, o

fenômeno, para o dialético, deve ser encarado como um processo do vir a ser social, e é nessa perspectiva que os sentidos ligados ao fenômeno e sua interpretação devem ser considerados.

Para Adorno (1980), a noção de sentido corresponde à essência social que cunha os fenômenos, portanto, situa-se no intervalo entre o individual e o social. Assim, parece estar subjacente ao pensamento adorniano uma lógica de movimento pendular entre o fenômeno isolado e a totalidade da práxis social: “A interpretação dos fatos conduz à totalidade, sem que esta seja, ela própria, um fato. Não há nada socialmente fático que não tenha seu valor específico nesta totalidade.” (ADORNO, 1980, p. 217).

De acordo com Godoi e Mattos (2010) o discurso não pode ser analisado no vácuo contextual, mas é inerente à vida social. O discurso no cenário organizacional vem sendo, nos últimos anos, tomado como objeto de estudo. Uma vez que a análise do discurso é formada por um conjunto de conhecimentos – conceitos, técnicas e concepções sobre o discurso e o sujeito, herdados de diferentes disciplinas – a ferramenta fundamental da investigação passa a ser a capacidade interpretativa do investigador. A interpretação é, ao mesmo tempo, um diálogo com o texto e com os outros, daí o cuidado de não se incorrer no oposto da receita técnica, a arbitrariedade interpretativa.

No caso da presente pesquisa, o sumário etnográfico foi escolhido para análise do *focus group*, pois foca nas citações textuais dos participantes do grupo, que proporcionam a ilustração dos achados principais da análise correlacionada com os constructos levantados no referencial. O sumário etnográfico é um método qualitativo de investigação utilizado pelos antropólogos para a compreensão do comportamento em contexto. O objetivo é o de desenvolver e transmitir a perspectiva de alguém imerso no meio, sobre os valores das pessoas, costumes, crenças, comportamentos e motivações podendo chamar a atenção para questões não óbvias no início (ROSENTHAL; CAPPER, 2006).

No presente estudo, a análise dos dados começou a ser feita logo após a entrevista, através de anotações do assistente e também de alguns pontos que chamaram a atenção da pesquisadora paralelamente os relacionando com os constructos. Seguidamente, a transcrição da discussão foi feita pela própria pesquisadora para que pudesse assim captar momentos da entrevista em relação à entonação de voz e nuances que não se fariam perceptíveis caso outra pessoa a

tivesse transcrito. Após a transcrição, as falas foram analisadas mais cuidadosamente realçando todos os pontos relevantes, mas agora analisando-as à luz das teorias propostas e ao mesmo tempo, levando os pontos relevantes ao encontro com os objetivos da pesquisa.

### 3.4 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

O número de participantes no *focus group*, apesar de ainda estar no mínimo recomendável para a discussão, poderia ter sido maior e provavelmente mais construtivo ainda. Mais da metade dos participantes confirmados não compareceu, apesar de a direção ter gentilmente cedido um horário em que os professores deveriam estar de plantão na escola. No entanto, a discussão se manteve constante e a contribuição do grupo foi de grande relevância para a análise não ocorrendo a necessidade de uma nova discussão ou uso de entrevista após o *focus group*.

Outra possível limitação é que a percepção da existência do impedimento é única a cada indivíduo. O instrumento elaborado pode ser bastante abstrato. A adaptação do instrumento apresentado no final desta pesquisa servirá para a aplicação em outras Instituições Públicas de Ensino, sendo ajustada de acordo com a influência cultural e política de sua região.

Também é importante ressaltar que o foco deste trabalho não é discutir sociologicamente o impedimento, mas apresentá-lo para ser explorado e discutido em futuros debates. A abordagem metodológica qualitativa pode abrir caminho para outras interpretações do material coletado.

### 3.5 SÍNTESE DA ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

Através de uma análise do objetivo geral e dos objetivos específicos, as seguintes perguntas foram formuladas para atender os mesmos.

**Quadro 3 - Síntese Metodológica**

Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Perguntas que respondem aos objetivos
Compreender a percepção dos professores da rede pública estadual em Londrina em relação aos possíveis impedimentos no ambiente de trabalho, assim como suas consequências para o processo emancipatório do indivíduo.	A) Verificar os motivos que levaram os indivíduos em questão a escolherem a carreira docente.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Por que vocês decidiram seguir a carreira de docente?</li> <li>- Vocês acham que a opção que vocês fizeram em relação à carreira tem alguma influência nas práticas de sala de aula?</li> </ul>
	B) Descrever o grau de conhecimento dos professores em relação aos possíveis impedimentos e suas consequências para o ambiente organizacional e para o indivíduo (professor).	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Vocês identificam uma falta de autonomia em suas práticas pedagógicas?</li> <li>- Como vocês se sentem em relação às regras a serem seguidas em suas práticas pedagógicas?</li> </ul>
	C) Analisar relações entre tal verificação e as possíveis causas de afastamentos médicos por parte dos docentes.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Como tais regras e normas influenciam suas práticas pedagógicas?</li> <li>- Vocês conseguem perceber alguma ligação entre tais regras e normas com afastamentos médicos dos docentes?</li> <li>- Como vocês se sentiriam se tivessem mais autonomia em relação às suas práticas pedagógicas?</li> <li>- Vocês escolheriam a mesma profissão se tivessem que fazer essa escolha hoje?</li> <li>- O que vocês acham da profissão de professor hoje?</li> </ul>

**Fonte:** Autora.

## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A partir do *focus group* realizado, algumas partes do discurso se mostraram especialmente intrigantes, sendo conseqüentemente apontadas e comentadas à luz dos conceitos de impedimento e emancipação discutidos anteriormente na pesquisa mais especificamente no referencial teórico. Os dados fundamentais produzidos durante a discussão e entrevistas foram transcritos e depois acrescidos das anotações e reflexões da pesquisadora.

### 4.1 DESCRIÇÃO DOS DADOS EM FACE AOS OBJETIVOS DA PESQUISA

Nesta seção procura-se, de posse dos dados coletados e organizados, analisá-los buscando as aproximações das falas aos objetivos da pesquisa.

#### 4.1.1 Motivos pelos quais Ingressaram na Carreira Docente

Ao serem questionados sobre o porquê da decisão de seguir a carreira na docência, os professores participantes responderam:

P 2: Talvez pela influência da família. A minha família, 90% da parte do meu pai é professor. A maioria dá aula de 1° ao 5° ano do fundamental 1. Acho que motivação minha mesmo. Eles me influenciaram, mas foi uma escolha pessoal. Por gosto.

P1: Eu fiz o curso na faculdade sem intenção de lecionar. Eu tinha vontade de ter um curso superior para poder fazer concurso. Achei que seria melhor. Mas no segundo ano da graduação eu fiz concurso para professor do Estado e eu passei. Aí quando eu terminei a graduação o Estado me chamou para trabalhar. Eu fui ver se eu me adaptava e se eu ia gostar disso aí. E acabei ficando, acabei me adaptando e estou na área desde então... foi a questão financeira mesmo. Eu trabalhava no comércio e dar aulas me daria mais estabilidade com o concurso e acabei trabalhando na área.

P4: No meu caso, foi obra do acaso. Eu queria fazer outro curso, mas na minha cidade o vestibular para direito era muito difícil e como eu tinha estudado em escola estadual, acabei fazendo vestibular para História. Eu ainda gosto das coisas voltadas à lei, à justiça e depois que eu fiz História, eu fui trabalhar no Estado, por causa da estabilidade. Na verdade eu queria ter feito Direito.

P3: Eu, na verdade, tinha o intuito de fazer pesquisa e terminar a faculdade e ir direto para a pesquisa (mestrado e doutorado), mas daí engravidei e tive que ser pé no chão e aí fui para um concurso público mesmo.

É possível observar que a motivação pela escolha da profissão não foi intrínseca, mas extrínseca por parte de três participantes, mostrando possivelmente que os sujeitos aqui pesquisados não escolheram a profissão de docente como uma primeira opção. Sendo assim, as consequências de tal escolha podem afetar as práticas pedagógicas, assim como a saúde do indivíduo a longo prazo.

Já sobre o questionamento da influência desta escolha em suas práticas pedagógicas as respostas foram as seguintes:

P1: Eu sou uma pessoa realizada pessoalmente. A gente tem que se adaptar. Se perguntar o que te satisfaz na profissão, procurar coisas na profissão. A gente tem que procurar caminhos para se sentir realizado. Eu acho que eu consegui me satisfazer profissionalmente na área da educação.

P3: Eu também, apesar de estar fazendo a pesquisa, eu também estou fazendo pesquisa com os alunos, então de certa forma, eu acabei unindo as duas coisas e me realizando também. Mas eu ainda penso em fazer Mestrado e Doutorado e fazer pesquisa, sim.

P2: É o que eu sempre quis fazer, então...

P4: Talvez um dia ainda gostaria de tentar algo na área de direito.

Os professores mostraram através da discussão que fizeram uma adaptação em relação à opção da carreira com as necessidades da carreira de docente e suas práticas. Sendo assim, é possível dizer que tais adaptações podem ter um efeito negativo a longo prazo no ensino e consequências também negativas em relação à saúde dos participantes.

#### 4.1.2 Conhecimento em Relação aos Possíveis Impedimentos

Ao serem questionados sobre a identificação de falta de autonomia nas práticas pedagógicas, as respostas foram:

P4: Ah sim, na área de história eles colocaram uns cadernos pedagógicos para a gente seguir, temáticos, o conteúdo, mas os professores de história preferiram não seguir. A gente acaba dando aula em cima daquilo que a gente acha que realmente o aluno precisa.

P4: Veio tudo pronto do Governo. Ninguém nos perguntou nada, só as diretrizes.

P1: É, a gente participou de uma pesquisa sobre as diretrizes, o currículo do caderno.



Ao mesmo tempo em que os participantes explicam não se sentirem autônomos, os docentes tomam a liberdade, ainda que não dada, de fazer mudanças no conteúdo, como por exemplo, ao não utilizar os cadernos temáticos obrigatórios fornecidos pelo Governo. Tal postura, se mal fundamentada, pode comprometer a qualidade do ensino. Foi possível observar um sentimento negativo em relação às práticas do Governo em não proporcionar mais participação dos professores em suas decisões pedagógicas.

Na abordagem sobre a autonomia para mudança de conteúdo e a liberdade dada pelo Governo, as respostas se mostraram diversas:

P2: Não, é para usar o caderno (temático), mas eu faço de acordo com a minha realidade. Mas o Governo dificilmente ficaria sabendo. Não acontece.

P4: Não há uma fiscalização, assim.

P1: Eu acho que é mais um material de apoio. Não necessariamente obrigatório. Você pode procurar outros materiais.

Os docentes fazem mudanças por conta própria, pois sabem que o Governo não monitora as práticas no dia a dia. Um fato interessante é o papel do diretor escolar, que é escolhido localmente através de eleição, o qual provavelmente não tem monitorado as práticas de tão perto quanto deveria.

#### 4.1.3 Relações Verificação e Possíveis Causas de Afastamentos Médicos por parte dos Docentes

Na questão sobre o sentimento em relação às normas e regras a serem seguidas, os participantes fizeram os seguintes apontamentos:

P4: Então, cada vez que muda o Governo eles têm essa mania de redirecionar a educação, mas os professores acabam não seguindo a cartilha do Governo. Acabam fazendo da forma que acreditam ser o correto e vai de encontro à realidade dos alunos.

P1: É, cada um tem sua formação e sua opinião também.

P4: Então, essa política governamental, muitos são contrários. Principalmente na área de Humanas, os professores acabam não seguindo as diretrizes. Mas a gente vê também em outras disciplinas.

P1: É que cada governo quer dar a sua cara na educação. Então não tem uma continuidade. Nosso problema não é nem tanto a autonomia, mas material de apoio de qualidade, material para os alunos. O que falta mais é a questão da estrutura.

P3: Eu também não sigo a cartilha do Governo não. Às vezes tem assuntos que eu tenho que debater mais em uma escola de uma região do que em outra.

P2: Em relação às normas e regras, a gente tem que seguir o PPP da escola, que é o Programa Político Pedagógico que é decido pela escola e a comunidade local, mas os pais nunca participam aqui nesta escola. No final quem acaba decidindo são os professores e pedagogos. É uma gestão democrática. Mas aqui mesmo, nesta escola não funciona.

P3: Mas o Governo tem as normas, não dá para decidir tudo.

P1: Por exemplo, eu também dou aula em escola particular, lá as regras e normas são seguidas mais de perto pelos diretores e coordenadores. Já no Estado, a gente tem mais autonomia.

P3: No Estado a gente pode definir o que é melhor para a escola ou para o aprendizado do aluno.

P1: Aqui a gente tem autonomia para criar um projeto, já na escola particular, às vezes esse projeto já vem mais elaborado.

Devido à instabilidade gerada pelas constantes mudanças nas políticas públicas em função das trocas de Governo, os docentes participantes da discussão acreditam que a melhor forma de agir é tendo suas próprias maneiras de trabalho. Como a estrutura proporcionada pelo Governo se mostra frágil e mutante, criou-se uma realidade diferente das diretrizes, ainda que os próprios docentes participem da construção das mesmas.

Em relação à influência em termos práticos das regras e normas nas práticas pedagógicas, observam-se as seguintes falas:

P2: O que nós realmente gostaríamos de fazer, nós não fazemos. Não temos respaldo para isso. Nem recurso.

P1: Falta tempo, a carga horária é excessiva. Precitaria de mais tempo para.

P3: Além do tempo, tem o recurso também. Então o que a gente imagina e o Estado propõe e fornece como suporte não batem. Os projetos e normas que o Governo propõe, muitas vezes não são cumpridos por eles mesmos.

P3: O Governo aloca recursos financeiros, por exemplo, de acordo com a necessidade da escola. Então, se uma escola está indo bem, não precisa de tal recurso, aí os projetos e outras atividades muitas vezes param para aquela escola.

P1: Tem muito marketing político. Cada governo que entra você nunca sabe como vai ficar. Causa insegurança.

P4: Será que vamos ter tal recurso ano que vem ou nos próximos anos?  
Fica sempre uma grande insegurança que passa para a sala de aula também. Instabilidade mesmo. Na sala de aula também.

É possível perceber que os docentes acreditam que as práticas pedagógicas são influenciadas por regras e normas de forma negativa, novamente gerada pela insegurança ou instabilidade da maneira como o Governo gerencia e cumpre suas próprias regras e normas, às vezes influenciadas pelo marketing político e a alocação de recursos conforme as necessidades das escolas. Se por um lado os docentes acreditam que têm autonomia para decidir projetos, por outro, como levantado por P2, não conseguem fazer o que gostariam.

Já sobre a percepção entre as regras e normas e afastamentos médicos, os professores participantes tiveram as seguintes falas:

P1: Tem bastante professor substituto também.

P2: Acontece muito.

P3: Bastante.

P4: Inclusive aqui mesmo tem muito problema de voz, LER, muitas vezes psíquico, stress, depressão.

P2: Não. Fonoaudiólogo não tem disponível.

P1: Psicólogo também não. E geralmente as licenças médicas são recorrentes. A pessoa fica doente, depois fica de novo e assim vai.

P3: Mas tem que passar pela perícia toda vez que tira licença médica.

P2: Tem que ser avaliado também quando for voltar para a sala de aula. Para ver se está em condições de voltar ou não.

P1: Na verdade, isso pode acontecer com qualquer profissão, mas o professor tem uma carga alta de stress.

P2: É verdade.

P1: Só que eu trabalho em escola particular também e lá existe muito menos professores em licença médica.

Apesar de não terem respondido diretamente, concordaram entre si que há uma grande quantidade de colegas de trabalho em afastamento sendo que P1 levantou a situação comparativa de que na escola particular onde trabalha não há tantos docentes em licença quanto na escola pública aqui pesquisada.

Ao serem perguntados novamente de maneira mais direta sobre o que poderia estar influenciando o grande número de licenças médicas, o grupo acredita que:

P1: O Brasil tem uma carência de profissionais da educação. E também tem a família pode influenciar. Mas tem muito aluno em sala, muitos alunos por sala, climatização inadequada.

P2: Falta respaldo. Quando você tem mais suporte da equipe pedagógica, você se sente mais seguro em sala para cobrar do aluno, ter mais autoridade. O ambiente influencia bastante, os colegas, a acolhida.

P4: Em relação a problemas psicológicos, é mais difícil ainda porque na maioria das vezes você não consegue ver que o colega está doente e isso vai acumulando e transfere para a sala de aula. O psicológico tem mais afastamentos recorrentes. A pessoa pega mais licença. Tem muita recaída. Sala de aula é muito estressante. Os próprios alunos fazem *bullying* com os professores aí o professor acaba tendo problema. E o Governo não dá suporte, então as pessoas procuram tratamento particular. Eu pago convênio separado. Quando tem suporte, a demora é grande.

Observa-se que há um sentimento consideravelmente forte em relação à falta de suporte do Governo nestas situações e também na falta de estrutura quanto às formas de prevenção.

A partir da pergunta: “Como vocês se sentiriam se tivessem mais autonomia em relação às suas práticas pedagógicas?”, as respostas se mostraram coesas:

P2: Eu acho que eu faria tipos diferentes de avaliação e também faria mais atividades de integração com as famílias.

P3: É verdade, as famílias participam pouco e elas ajudariam muito nosso trabalho e a educação dos alunos se participassem mais, se viessem na escola.

P1: Bom, eu acho que sempre há maneiras de se fazer as coisas. Às vezes não fazemos porque estamos sempre correndo, mas agora teremos a hora atividade que o governo (Estadual) vai pagar, talvez seja uma chance da gente fazer algumas coisas do tipo.

P4: Com certeza vai ajudar. Sobre a autonomia, acho que falta mesmo a gente se organizar para a gente poder contribuir mais. Não só na sala, mas na comunidade. Com certeza a hora atividade vai ser boa nesse sentido. A gente vai ter mais tempo de se dedicar à escola, ao aluno e à comunidade.

Verifica-se que apesar de os participantes indicarem que gostariam de fazer uma integração maior com a comunidade e assim poder melhorar o próprio ambiente escolar, ainda assim há restrições diversas que os impedem de agir como

a própria falta de interesse da comunidade local, a falta de tempo para se dedicarem às necessidades paradidáticas e a falta de organização coletiva entre os docentes<sup>3</sup>.

Ao serem indagados sobre a re-escolha da profissão, caso fosse possível, as respostas se mostraram as seguintes:

P3: Eu faria a mesma faculdade. Mas não viria para sala de aula. Faria pesquisa.

P2: Mesma área de estudo, mesma opção. Mas eu não me veria fazendo outra coisa. É meu dom.

P4: Se eu tivesse outra oportunidade, eu faria aquilo que eu queria fazer desde o princípio. Eu teria outra carreira. Mas a gente tem que ser feliz independente da escolha. Se adequar a ela.

Dos participantes que responderam a essa questão, somente P2 disse que faria a mesma opção em relação aos estudos e à profissão sendo que os outros partiriam para suas preferências iniciais. Isto nos dá margem a questionar se os professores estariam em situação de impedimento em função da escolha equivocada de carreira, já que não estão praticando exatamente o que seria seu chamado inicial.

Finalmente, a discussão chega ao sentimento dos participantes em relação à profissão/ofício.

P3: Desvalorizada.

P2: Nosso aluno mudou muito. Ele não é mais os alunos do século passado. Cada um vê o professor de um jeito. É difícil definir o professor hoje.

P1: O professor é essencial. Eu sinto prazer. Eu acredito na educação. A gente tem que fazer não dá para depender do Governo.

P4: Educação é o caminho para resolver os dilemas da sociedade. Eu vejo o professor como uma pessoa muito importante. Dentro de uma escola, é a figura muito importante.

P3: Apesar de ter entrado na área sem querer, eu sempre gostei de ajudar as pessoas e ensinar, mas eu estou muito decepcionada com os alunos e a vontade mesmo é de sair, de arranjar outra coisa. Se mudasse, se os pais fossem mais presentes na educação dos filhos, talvez a gente voltasse ter mais prazer.

P4: Tem altos e baixos. O ambiente ajuda. Se os professores tivessem mais apoio, respaldo, a gente sentiria mais seguro.

---

<sup>3</sup> Na ocasião da discussão, foi comunicado aos professores que os mesmos receberiam a hora atividade proporcional a 25% da carga horária de cada docente à partir do ano seguinte (2013).

P1: Os alunos nem sempre valorizam os professores

As falas dos docentes indicam uma falta de valorização da profissão em si por parte da sociedade em geral, assim como pelos alunos e Governo. Somente P1 expõe que acha a profissão essencial, mas não relata exatamente o que percebe do ofício.

#### 4.2 ANÁLISE DOS DADOS À LUZ DOS CONCEITOS DA EMANCIPAÇÃO E IMPEDIMENTO

A partir do discurso gerado através do *focus group*, é possível fazermos a seguinte análise e a relação com os constructos baseados no conceito da Emancipação e do Impedimento.

No que se refere às normas e regras e suas consequências para a autonomia dos participantes, observou-se o seguinte:

#### Quadro 4 - Normas e Regras e suas Consequências para a Autonomia dos Participantes

Constructo	Unidade de significado	Discurso na linguagem dos docentes
Emancipação	Normas e regras x autonomia	<p>P4: “[...] mas os professores de história preferiram não seguir. Veio tudo pronto do Governo. Ninguém nos perguntou nada, só as diretrizes.”</p> <p>P4: “Não há uma fiscalização,...”</p> <p>P1: “Eu acho que é mais um material de apoio.”</p> <p>P2: “[...] é para usar o caderno (temático), mas eu faço de acordo com a minha realidade”</p> <p>P4: “Então, cada vez que muda o Governo eles têm essa mania de redirecionar a educação, mas os professores acabam não seguindo a cartilha do Governo. Acabam fazendo da forma que acreditam ser o correto e vai de encontro à realidade dos aluno.”</p> <p>P3: “Eu também não sigo a cartilha do Governo não.”</p>

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir de Adorno e Horkheimer (1947 apud DUARTE, 2002) pode-se observar o conceito triangular de dominação, autonomia e cidadania plena já que, ao mesmo tempo em que há a dominação, observa-se a autonomia mesmo que de forma particular a cada indivíduo e sem a ciência do Governo. Em outras palavras, não é a emancipação conquistada ou discutida o que seria o ideal, mas apenas uma

situação de quebra de protocolo sem a devida discussão e negociação entre as partes envolvidas. Os participantes levantaram o uso dos cadernos temáticos de cada disciplina distribuídos pelo Governo e de uso obrigatório como um exemplo de autonomia nas práticas pedagógicas. A mesma acontece de forma velada, quase que clandestinamente, já que os próprios professores levantam o fato de não haver fiscalização. A autonomia neste caso não é dada pelo Governo (órgão regulador), inclusive da qualidade da educação no Estado.

Já em relação à emancipação versus relações sociais vigentes foi possível observar:

**Quadro 5 - Emancipação Versus Relações Sociais Vigentes**

Constructo	Unidade de significado	Discurso na linguagem dos docentes
Emancipação	Emancipação x Relações sociais vigentes	P2: “ <i>Em relação às normas e regras, a gente tem que seguir o PPP da escola</i> ” P3: “ <i>Mas o Governo tem as normas, não dá para decidir tudo.</i> ” P3: “ <i>No Estado a gente pode definir o que é melhor para a escola ou para o aprendizado do aluno.</i> ” P1: “ <i>Aqui a gente tem autonomia para criar um projeto.</i> ”

**Fonte:** Dados da pesquisa.

Ao mesmo tempo em que os participantes apontam um descontentamento em relação à necessidade de mudanças e adaptações no material didático e seu uso como apenas um material de apoio, ou em alguns casos, o não uso, ainda assim, entende-se que existe uma certa autonomia em relação a projetos e adaptação às diferentes realidades da escola em que estão lecionando no momento. Ou seja, há uma mistura das duas realidades, a autonomia e ao mesmo tempo as decisões isoladas e solitárias. Como explica Nobre (2004), a Teoria Crítica à luz da emancipação tenta explicar as ações possíveis, mas ao mesmo tempo bloqueadas. Observa-se a relação entre a lógica do setor industrial que tem dominado a educação de acordo com Codo (1999) e a necessidade do docente de fazer uma interface entre escola e comunidade dentro de um novo papel de grande responsabilidade.

No que tange a questão do impedimento e as suas consequências bloqueadoras de ações, é possível verificar que:

**Quadro 6** - Impedimento e as suas Consequências Bloqueadoras de Ações

Constructo	Unidade de significado	Discurso na linguagem dos docentes
Impedimento	Impedimento e consequente bloqueio das ações	<p>P2: <i>“O que nós realmente gostaríamos de fazer, nós não fazemos.”</i></p> <p>P1: <i>“Falta tempo, a carga horária é excessiva.”</i></p> <p>P3: <i>“O Governo aloca recursos financeiros, por exemplo, de acordo com a necessidade da escola.”</i></p> <p>P1: <i>“Tem muito marketing político. Cada governo que entra, você nunca sabe como vai ficar. Causa insegurança.”</i></p> <p>P4: <i>“Será que vamos ter tal recurso ano que vem ou nos próximos anos?[...] Instabilidade mesmo. Na sala de aula também.”</i></p>

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com Clot (2005), o poder de agir pode ser bloqueado pelos níveis mais altos de hierarquia gerando uma sensação de maltrato do ofício. Tal sensação, por sua vez, pode levar ao impedimento, pois o indivíduo não se reconhece em seu ofício. Neste caso, a partir de Sznelwar, Mascia e Bouyer (2006), as falas dos participantes levantam questões como a descontinuidade nos recursos e consequente bloqueio das atividades (P3: *“O Governo aloca recursos financeiros, por exemplo, de acordo com a necessidade da escola.”*), da insegurança em função da descontinuidade política (P1: *“Tem muito marketing político. Cada governo que entra, você nunca sabe como vai ficar. Causa insegurança.”*), sendo que tais aspectos refletem em suas práticas (P4: *“Instabilidade mesmo. Na sala de aula também.”*)

Pode-se observar a questão do impedimento e o bloqueio de ações sobre a ótica de Oliveira (2004), o qual afirma que os docentes têm sido forçados a dominar novas práticas e novos saberes, mas sofrem insegurança, já que não há respaldo ou amparo do Governo para que os docentes se sintam confiantes o suficiente para agir de maneira pontual e ao mesmo tempo prazerosa.

Ao analisar a relação entre o ambiente organizacional e os impedimentos psicológicos, observa-se:



**Quadro 7** – Relação entre Ambiente Organizacional e os Impedimentos Psicológicos

Constructo	Unidade de significado	Discurso na linguagem dos docentes
Impedimento	Ambiente organizacional x impedimentos psicológicos	<p>P1: “<i>Tem bastante professor substituto também.</i>”</p> <p>P4: “<i>... problema de voz, LER, muitas vezes psíquico, stress, depressão.</i>”</p> <p>P1: “<i>... E geralmente as licenças médicas são recorrentes. A pessoa fica doente, depois fica de novo e assim vai.</i>”</p> <p>P1: “<i>... mas o professor tem uma carga alta de stress.</i>”</p> <p>P1: “<i>Só que eu trabalho em escola particular também e lá existe muito menos professores em licença médica.</i>”</p> <p>P2: “<i>Falta respaldo. [...] O ambiente influencia bastante, os colegas, a acolhida.</i>”</p> <p>P4: “<i>Em relação a problemas psicológicos, é mais difícil ainda porque na maioria das vezes você não consegue ver que o colega está doente e isso vai acumulando e transfere para a sala de aula. O psicológico tem mais afastamentos recorrentes. A pessoa pega mais licença. Tem muita recaída. Sala de aula é muito estressante. Os próprios alunos fazem bullying com os professores aí o professor acaba tendo problema. E o Governo não dá suporte, então as pessoas procuram tratamento particular. Eu pago convênio separado. Quando tem suporte, a demora é grande.</i>”</p>

**Fonte:** Dados da pesquisa.

Afastamentos de carácter psicológico são constantes e recorrentes. Ao levantar a questão de licenças médicas, a princípio, o assunto pairou sobre a esfera física, mas assim que P1 comentou sobre o stress, a discussão se alojou nesse tópico. Sendo que P2 cita a importância da acolhida na escola e P4 acredita que os problemas de fundo psicológico são mais suscetíveis a recaídas em sua opinião, além do fato da falta de suporte por parte do Governo nesses casos. Codo (1999) levantou a preocupante comprovação de que 50% dos professores sofrem com algum sintoma de *burnout*, mas apesar de tal sinal, de acordo com Assunção (2003), os efeitos do desgaste permanente sobre a saúde nem sempre são evidentes além da grave situação na qual a situação da saúde dos professores ainda é pouco estudada.

Baseando-se em Bouyer (2004), observa-se que o ambiente organizacional (neste caso a escola pesquisada) tem de desprover-se de quaisquer impedimentos psicológicos por todos os *stakeholders* para que não ocorra o impedimento. O autor ainda aponta a necessidade de investigação do que *não* se faz para procurar promover um aprofundamento das questões de impedimento.

Sobre a questão da re-escolha da profissão, observou-se:

**Quadro 8 – Re-escolha da Profissão**

Constructo	Unidade de significado	Discurso na linguagem dos docentes
Impedimento	Re-escolha da profissão	<p>P2: <i>Mesma área de estudo, mesma opção. Mas eu não me veria fazendo outra coisa. É meu dom.</i></p> <p>P4: <i>Se eu tivesse uma outra oportunidade, eu faria aquilo que eu queria fazer desde o princípio. Eu teria outra carreira. Mas a gente tem que ser feliz independente da escolha. Se adequar a ela.</i></p> <p>P3: <i>“Eu faria a mesma faculdade. Mas não viria para sala de aula. Faria pesquisa. Ainda vou tentar mestrado para poder fazer o que quero mesmo.”</i></p> <p>P1: <i>“Eu faria concurso mesmo, mas não para carreira docente.”</i></p>

Fonte: Dados da pesquisa.

Apenas P2 seguiria a mesma carreira se pudesse escolher novamente. Os outros participantes decidiriam por áreas distintas, sendo que nenhuma vinculada à docência. Souza et al. (2003) observam que a carreira do docente a partir dos anos 1970 tem sofrido uma mudança decrescente em relação à segurança material e crescente em relação às suas responsabilidades, as quais não apenas se concentram na sala de aula, mas tem uma interface necessária com a comunidade, principalmente na esfera pública onde os alunos muitas vezes frequentam as escolas por razão de necessidade básica (alimentação).

Bouyer (2004) acredita que o impedimento se aplica quando o sujeito não tem outra escolha a não ser aquela de ceder, parar de fazer, parar de funcionar, parar de ser. Tal relação indica que alguns participantes estão vivendo em situação de impedimento em relação à carreira, já que não optariam pela docência, tendendo a não enxergar os aspectos positivos da profissão, já que não foi uma escolha vocacional, mas sim estratégica. Tal fator gera consequências irreversíveis a todos os *stakeholders* incluindo a sociedade, pois os sujeitos envolvidos (professores e Estado) são formadores de cidadãos em seu sentido pleno.

Finalmente, a visão dos pesquisado em relação ao próprio ofício mostra-se a seguinte:

**Quadro 9 – Visão dos Pesquisado em Relação ao Próprio Ofício**

Constructo	Unidade de significado	Discurso na linguagem dos docentes
Impedimento	Visão da profissão	<p>P3: “Desvalorizada.”</p> <p>P2: “[...] É difícil definir o professor hoje.”</p> <p>P2: “O professor é essencial. Eu sinto prazer. Eu acredito na educação. A gente tem que fazer não dá para depender do Governo.”</p> <p>P1: “[...] Eu vejo o professor como uma pessoa muito importante. Dentro de uma escola, é uma figura muito importante. “</p> <p>P3: “[...] mas eu estou muito decepcionada com os alunos e a vontade mesmo é de sair, de arranjar outra coisa.”</p> <p>P4: “Têm altos e baixos.”</p> <p>P1: “Os alunos nem sempre valorizam os professores.”</p>

**Fonte:** Dados da pesquisa.

Ao observar este momento da discussão, é possível entender que há uma negatividade quanto ao ofício escolhido. Apenas um dos docentes (P1) sente que a profissão é importante. O desgaste da profissão, tendo em mente o papel crucial que o professor exerce em relação à comunidade, tem tido um efeito negativo na percepção da profissão por parte dos docentes. O próprio MEC tem lançado programa de estímulo à carreira docente, já que os jovens não estão optando pela carreira docente, fato que já acarreta graves consequências para o ensino brasileiro. De acordo com Souza et al (2003) o Brasil já sofre com o déficit de professores, situação a qual afeta negativamente a saúde dos docentes em exercício, os quais precisam suprir essa demanda tornando-se sobrecarregados.

Tal negatividade em relação à profissão indica que uma das mais relevantes características de impedimento está presente na mente dos profissionais, o maltrato do ofício, ou seja, a desvalorização no mais profundo sentido da profissão, às suas origens e razão de ser. Sendo assim, tal análise embasa-se na explicação de Clot (1995), o qual explica que a demanda insistente pelo reconhecimento do outro ocorre entre aqueles que se encontram impedidos de se reconhecer naquilo que fazem, isto é, aqueles que veem seu ofício sendo maltratado (CLOT, 1995).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início desta pesquisa foram propostos alguns objetivos a serem investigados sendo que o objetivo geral foi o de compreender a percepção dos professores da rede pública estadual em Londrina em relação aos possíveis impedimentos no ambiente de trabalho, assim como suas consequências para o processo emancipatório do indivíduo. Já os objetivos específicos foram os de identificar os motivos que levaram os indivíduos em questão a escolherem a carreira docente, descrever o grau de conhecimento dos professores em relação aos possíveis impedimentos e suas consequências para o ambiente organizacional e para o indivíduo (professor) e analisar relações entre os possíveis fatores de impedimento e as possíveis causas de afastamentos médicos por parte dos docentes.

Em relação ao primeiro objetivo específico, o qual demandava a identificação dos motivos que levaram os sujeitos em questão a escolherem a carreira docente, podendo-se dizer que na discussão houve o esclarecimento das circunstâncias as quais levaram a maioria dos participantes a não terem a carreira docente como escolha primária. Tal descoberta se relaciona diretamente com a maneira como o impedimento começa a fazer parte do indivíduo, em outras palavras, como inicia o processo de impedimento. Segundo o autor, os indivíduos não mais se reconhecem no ofício que realizam, nos quais muitos profissionais solicitam, de forma tão maciça, serem reconhecidos. Como ser reconhecido em uma profissão que não foi a escolha inicial ideal de sua carreira?

Ao levantarmos um paralelo do objetivo específico sobre o grau de conhecimento dos professores em relação aos possíveis impedimentos com o impedimento, foi possível relacioná-lo com o impedimento de agir sentido pelo professor, o qual foca na maneira como as atividades de trabalho são elaboradas, as quais levam às atividades restritivas, às vezes paralisantes. A discussão mostrou que os professores veem a necessidade de mudanças no conteúdo que ensinam, nos recursos disponíveis, na continuidade de projetos, mas tem-se a sensação que as mudanças e adaptações feitas pelos participantes sejam quase que de maneira ilegal de acordo com a própria fala nas discussões (“...ninguém fiscaliza...”). Os autores levantam a noção de que neste caso, a ação do sujeito se restringe ao limite que comporta pouca ou nenhuma possibilidade de adaptação.

Ao responder ao objetivo de pesquisa sobre a análise de relações entre os fatores de impedimento e as possíveis causas de afastamento médico, torna-se legítimo constatar que as consequências do impedimento sofrido pelos participantes provavelmente se materializam na saúde dos professores. Foi levantada na discussão uma percepção de que a falta de autonomia e suas restrições, aqui chamada de impedimento, tem uma grande carga negativa na saúde dos indivíduos. Pode-se afirmar que além de uma forma de degradação da profissão em si, o impedimento é uma forma de degradação da saúde a um senso mais amplo em suas dimensões físicas, psicológicas e sociais levando a um efeito negativo de ação e reação, já que ao necessitar de licença médica, os professores necessitam de substitutos. Tais substitutos atendem as turmas de maneira emergencial acarretando sérios problemas em relação ao aprendizado de turmas inteiras e principalmente quando a situação é recorrente, fato que os participantes alegam ser comum principalmente em casos de afastamento por doenças psíquicas.

Ainda na questão da licença médica e suas consequências, pode-se afirmar que a redução dos quadros por licença de saúde leva a um aumento absurdo no volume de trabalho daqueles que permanecem trabalhando. Essa condição gera, por sua vez, novas licenças, ao mesmo tempo em que aumenta o desânimo daqueles que permanecem no trabalho, a vivência depressiva leva a um descomprometimento com o exercício do trabalho afetando não somente os trabalhadores em licença, mas também os que permanecem em atividade. Sem a proteção da dimensão psíquica, o corpo enfraquece e as doenças psicossomáticas aumentam, evidenciando aqui o círculo vicioso a que nos referimos anteriormente, licença saúde, absenteísmo, descomprometimento.

É possível dizer que ao fazer uma leitura do grupo focal realizado com tais professores não há uma percepção real por parte dos participantes de impedimento no ambiente de trabalho, apesar do mesmo se tornar altamente perceptível para a pesquisadora. Em outras palavras, os participantes em questão têm vivido em sua vida profissional situações de impedimento e conseqüentemente não emancipação, mas não o percebem e se utilizam de técnicas de escape no trabalho que possibilitam a manutenção da carreira, mesmo que longe do ideal inicial.

A experiência do grupo focal foi fundamental e recompensadora para todos os envolvidos, pois abriu caminhos para maiores discussões e

questionamentos entre os participantes atendendo o objetivo geral da pesquisa e consequentemente os objetivos específicos, ou seja, a necessidade de compreender a percepção dos professores da rede pública estadual em Londrina em relação aos possíveis impedimentos no ambiente de trabalho, assim como suas consequências para o processo emancipatório do indivíduo e suas peculiaridades.

A presente pesquisa dá margem a possibilidades de continuidade ou expansão. Uma possibilidade seria retornar ao grupo participante e discutir o efeito da discussão em suas vidas, se houve algum impacto e quais seriam, pois uma das características de *focus group* seria o impacto do mesmo em seus participantes. Essa característica do *focus group* leva ao fortalecimento do entendimento das questões por todos os participantes, inclusive pesquisadores, pois aumenta a compreensão sobre suas situações e os mesmos envolvem-se em uma conscientização coletiva.

O poder do *focus group* leva a uma facilitação ao fortalecimento dos indivíduos ao observarem em suas pesquisas que o *focus group* não apenas reproduz, mas também pode ativamente produzir e alterar as relações entre os membros do grupo. Pode-se afirmar que há exemplos de grupos focais servindo como um catalisador para uma ação imediata do grupo, como resultado da evolução da consciência de grupo e membros aumentando a consciência de possibilidades.

Da mesma maneira como proposto na pesquisa com os professores, seria possível levar a pesquisa aos diretores de escolas, já que os mesmos têm sua profissão num ambiente peculiar entre o Governo e os professores. Seria possível discutir suas ansiedades e visões diante da difícil posição que ocupam, assim como o suporte do Governo, já que geralmente os diretores saem da sala de aula, de um contexto completamente pedagógico, para uma posição gerencial. Como tais indivíduos gerenciam as questões pedagógicas e administrativas estando debaixo de um Governo, ou seja, uma entidade maior. Estariam eles impedidos ou emancipados?

Ainda é possível propor a expansão e complementação do presente estudo com o grupo PRÓ-Mestre desenvolvido pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde da Universidade Estadual de Londrina que está atualmente realizando uma pesquisa sobre o atual estado de saúde dos professores da rede pública estadual na cidade de Londrina. O grupo tem por objetivo analisar as relações do

estado de saúde e do estilo de vida dos professores da rede estadual de Ensino e relacioná-los com aspectos do processo de trabalho.

A metodologia proposta na presente pesquisa para a avaliação das questões de impedimento e emancipação pode ser aplicada em qualquer organização tanto pública, quanto privada ou do terceiro setor, com as devidas adaptações. Estas adaptações tendem a aparecer normalmente, já que basta a contextualização do ambiente e seus atores.

Pode-se dizer que o presente trabalho contribui para a pesquisa na área de administração, pois se apropria de um conceito vagamente citado no Brasil, o conceito do impedimento, fazendo um apanhado de seus autores nacionais, os quais pouco publicaram nacionalmente, e autores internacionais, assim como levantando a relevância dos estudos de impedimento para os estudos da gestão. Além de tais contribuições, faz-se um paralelo entre a emancipação e o impedimento não encontrado em periódicos nacionais.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. Introdução à controvérsia sobre o positivismo na sociedade alemã. In: HORKHEIMER, M. et al. **Textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 117-154. (Coleção Os Pensadores).

ADORNO, T. W; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos (1947). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

APP - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. Disponível em: <<http://www.appsindicato.org.br>>. Acesso em: 12 de out. 2012.

ASSUNÇÃO, Ada Ávila. Uma contribuição ao debate sobre as relações saúde e trabalho. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, 2003. Disponível em: <[www.Scielo.br/pdf/csc/v.8n4/a22v8n4.pdf](http://www.Scielo.br/pdf/csc/v.8n4/a22v8n4.pdf)> Acesso em: 20 abr. 2013.

BAKER, R.; HINTON, R. Do focus groups facilitate meaningful participation in social research? In: BARBOUR, R. S.; KITZINGER, J. (Ed.). **Developing focus group research**: politics, theory and practice. London: Sage, 1999. p. 79-98.

BATISTA, A. S.; CODO, W. Crise de identidade e sofrimento. In: CODO, W. (Coord.). **Educação**: carinho e trabalho. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 60-85.

BATISTA-DOS-SANTOS, A. C.; ALLOUFA, J. M. L.; NEPOMUCENO, L. H. Epistemologia e metodologia para as pesquisas críticas em administração: leituras aproximadas de Horkheimer e Adorno. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 50, n. 3, set. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-75902010000300007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902010000300007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 2 nov. 2012.

BENINI, E. A.; BENINI, E. G. As contradições do processo de autogestão no capitalismo: funcionalidade, resistência e emancipação pela economia solidária. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 17, n. 55, p. 605-619, 2010. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/7253/as-contradicoes-do-processo-de-autogestao-no-capitalismo--funcionalidade--resistencia-e-emancipacao-pela-economia-solidaria->>>. Acesso em: 2 nov. 2012.

BOUYER, G. C. A categoria “impedimento” como objeto de investigação: uma aproximação pelo reverso do trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 24., 2004, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 54-55. (Coleção Primeiros Passos).

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **O déficit de professores no país**. Disponível em: [portaldoprofessor.inep.gov.br/estatisticas.jsp](http://portaldoprofessor.inep.gov.br/estatisticas.jsp). Acesso em 24 abril 2013.



BRASIL, Ministério da Saúde. Formação pedagógica em educação profissional na área de saúde. **Módulo 2 - Educação/Sociedade/Cultura**. 2. ed. Brasília – DF: Fundação Oswaldo Cruz, 2003. p. 25-28.

BRUNSTEIN, J.; JAIME, P. Da estratégia individual à ação coletiva: grupos de suporte e gênero no contexto da gestão da diversidade. **RAE eletrônica**, São Paulo, v. 8, n. 2, dez. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1676-56482009000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-56482009000200004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 2 nov. 2012.

BURREL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis**. London: Heineman, 1979.

\_\_\_\_\_. **Sociological paradigms and organizational analysis**. Hants: Ashgate, 2006.

CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G.; PEREIRA, J. R. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. **Caderno EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, set. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S167939512011000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167939512011000300002&lng=en&nrm=iso)> Acesso em: 2 nov. 2012.

CARDOSO, O. O.; SERRALVO, F. A. Pluralismo metodológico e transdisciplinaridade na complexidade: uma reflexão para a administração. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, fev. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122009000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122009000100004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 2 nov. 2012.

CLOT, Y. **La fonction psychologique du travail**. Paris: PUF, 1999.

\_\_\_\_\_. **Le Travail sans l'homme?** Pour une psychologie des milieux de travail et de vie. Paris: La Découverte, 1998.

\_\_\_\_\_. **Le travail sans l'homme?** Pour une psychologie des milieux de travail et de vie. Paris: La Découverte, 1995.

\_\_\_\_\_. **Pourquoi et comment s'occuper du développement en clinique de l'activité**. 2005. Disponível em: <<http://sites.univ-lyon2.fr/artco/telechargement/texteclot.pdf> 4-6>. Acesso em: 15 ago. 2012.

COSTA, A. M.; BARROS, D. F.; CARVALHO, J. L. F. A dimensão histórica dos discursos acerca do empreendedor e do empreendedorismo. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 15, n. 2, abr. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-65552011000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552011000200002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 2 nov. 2012.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

\_\_\_\_\_. Addendum: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I. (Org.). **Christophe Dejours**: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004. p. 47-104.

\_\_\_\_\_. **Conferências brasileiras**: identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho. São Paulo: GV/EAESP, 1999.

\_\_\_\_\_. **L'évaluation du travail à l'épreuve du réel**: critique des fondements de l'évaluation. Paris: INRA, 2003.

\_\_\_\_\_. **O fator humano**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1997.

\_\_\_\_\_. **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introduction: the discipline and practice of qualitative research. In: \_\_\_\_\_. **Handbook of qualitative research**. 2. ed. London: Sage, 2000. p. 1-28.

DUARTE, R. **Adorno e Horkheimer**: a dialética do esclarecimento. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. (Coleção Filosofia Passo a Passo).

FARIA, J. H. Teoria crítica em estudos organizacionais no Brasil: o estado da arte. **Cadernos EBAPE**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, set. 2009.

FARQUHAR, C.; DAS, R. Are focus groups suitable for 'sensitive' topics? In: BARBOUR, R. S.; KITZINGER, J. (Ed.). **Developing focus group research**: politics, theory and practice. London: Sage, 1999. p. 47-63.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREUDENBERGER, H. J. Staff burnout. **Journal of Social Issues**, Malden, v. 30, p. 159-165, 1974.

GODOI, C. K.; MATTOS, P. L. C. L. Entrevista qualitativa: instrumento de pesquisa e evento dialógico. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. A. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 301-320.

\_\_\_\_\_. Entrevista qualitativa: instrumento de pesquisa e evento dialógico. In: SILVA, A. B.; GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R. (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 301-323.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

HUBAULT, F. De quoi l'ergonomie peut-elle faire l'analyse? In: DANIELLOU, F. **L'ergonomie en quête de ses principes**. Toulouse: Octares Editions, 1996.

KRUEGER, R. A. **Developing questions for focus groups**. Thousand Oaks: Sage Publications, 1998. v. 3.

\_\_\_\_\_. **Focus group: a practical guide for applied research.** 2. ed. Thousand Oaks: Sage, 1994.

LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I. **Christophe Dejours: a psicopatologia à psicodinâmica do trabalho.** Rio de Janeiro: Fiocruz; Brasília: Paralelo, 2004.

MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processos.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MINAYO, M. C. S. (Org.). O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, S. F.; GOMES, M.; MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 9-30.

\_\_\_\_\_. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Hucitec, 2007.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 23. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

MORAIS, L. P.; BACIC, M. J. Economia social e programas de emancipação por meio de empreendimentos econômicos sociais no Brasil: avanços e dificuldades atuais. **Revista Alcance**, Biguaçu, v. 16, n. 3, p. 339-357, 2009. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/2696/economia-social-e-programas-de-emancipacao-por-meio-de-empreendimentos-economicos-sociais-no-brasil-avancos-e-dificuldades-atuais>>. Acesso em: 2 nov. 2012.

NOBRE, M. **A teoria crítica.** Rio de Janeiro: JZE, 2004.

NORONHA, M. M. B. **Condições do exercício profissional da professora e dos possíveis efeitos sobre a saúde: estudo de casos das professoras do ensino fundamental em uma escola pública de Montes Claros, Minas Gerais.** 2001. 157 p Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Medicina da UFMG. Belo Horizonte, 2001.

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, set./dez. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302004000400003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302004000400003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 2 out. 2012.

OLIVEIRA, M.; FREITAS, H. Focus group: instrumentalizando o seu planejamento. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais.** São Paulo: Saraiva, 2010. p. 325-343.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde.** Disponível em: <<http://www.who.int/about/definition/en/print.html>>. Acesso em: 28 jun. 2012.

PAIVA JUNIOR, F. G.; ALMEIDA, S. L.; GUERRA, J. R. F. O empreendedor humanizado como uma alternativa ao empresário bem-sucedido: um novo conceito em empreendedorismo, inspirado no filme Beleza Americana. **Revista de Administração Mackenzie (Online)**, São Paulo, v. 9, n. 8, dez. 2008. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S167869712008000800007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167869712008000800007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 2 nov. 2012.

PARANÁ. Secretaria de Educação do Estado do Paraná – SEED. Disponível em: <<http://www.educacao.pr.gov.br/index.php>> Acesso em: 2 set 2012.

PAULA, A. P. P. **Teoria crítica nas organizações**. São Paulo: Thomson Learning, 2008. (Coleção Debates em Administração).

PIRES, Denize. **Reestruturação produtiva e trabalho em saúde no Brasil**. São Paulo: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social – CUT/Editora Annablume, 1998. p. 61- 63.

PORTO, L. A. et al. Associação entre distúrbios psíquicos e aspectos psicossociais do trabalho de professores. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 40, n. 5, out. 2006. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/rsp/nahead/ao-5230pdf](http://www.scielo.br/pdf/rsp/nahead/ao-5230pdf)>. Acesso em: 28 jun. 2012.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2008.

ROSENTHAL, S. R.; CAPPER, M. Ethnographies in the Front End: Designing for Enhanced Customer Experiences. **Journal of Product Innovation Management**, New York, v. 23, n. 3, p. 215-237, 2006.

SANTOS, Adriana Regina de Jesus; LUPORINI, Teresa Jussara. Uma reflexão sobre a feminização no magistério. Disponível em: <[http://www2.unopar.br/pesq\\_arq/revista/HUMANAS/00000107.pdf](http://www2.unopar.br/pesq_arq/revista/HUMANAS/00000107.pdf)> Acesso em: 20 abr. 2013.

SANTOS, F. L. N. **Saúde do trabalhador e profissão docente**. 2006. Disponível em: <<http://psicopedagogia.com.br/artigos/artigo.asp?entrid=880>>. Acesso em: 2 out. 2012.

SARAIVA, L. A. S. A educação superior em administração no Brasil e a questão da emancipação: um túnel no fim da luz?. **Revista Gestão & Planejamento**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 41-60, 2011. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/896/a-educacao-superior-emadministracao-no-brasil-e-a-questao-da-emancipacao--um-tunel-no-fim-da-luz->>. Acesso em: 2 nov. 2012.

SCREMIN, L; MARTINS, P. P. O Processo de mercantilização da educação superior. **Revista UFG**, v. 7, n. 2, dez. 2005. Disponível em: <[www.proec.ufg.br](http://www.proec.ufg.br)> Acesso em: 20 abr. 2013.

SOUZA, E. M.; CARRIERI, A. P. A analítica quer e seu rompimento com a concepção binária de gênero. **Revista de Administração Mackenzie (Online)**, São Paulo, v. 11, n. 3, jun. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S167869712010000300005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167869712010000300005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 2 nov. 2012.

SOUZA, K. R. et al. Trajetória do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (SEPE-RJ) na luta pela saúde no trabalho. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 8, n. 4, p. 1057-1068, 2003.

SCHWARTZ, Y. Os Ingredientes da competência: um exercício necessário para uma questão insolúvel. **Educação e Sociedade**, Campinas, n. 65, p. 101-139, dez. 1998.

SELLTIZ, C. et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: E.P.U., 1967.

SILVA, M. S. O.; FERNANDES, A. S. A. Racionalidade substantiva no processo decisório: um estudo em instituições que lidam com o tratamento oncológico infantojuvenil na cidade de Natal (RN). **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 5, out. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122011000500005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122011000500005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 2 nov. 2012.

SILVA, P. R.; SACHUK, M. I. Trabalho e emancipação: o caso dos ex-cortadores de cana-de-açúcar da região noroeste do Estado do Paraná. **Gestão & Regionalidade**, São Caetano do Sul, v. 28, n. 83, p. 35-48, 2012. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/8282/trabalho-e-emancipacao--o-caso-dos-ex-cortadores-de-cana-de-acucar-da-regiao-noroeste-do-estado-do-parana>>. Acesso em: 2 nov. 2012.

SOARES, J. C. A imaginação dialética de Rolf Wiggershaus: uma introdução à obra a escola de Frankfurt. In: WIGGERSHAUS, R. **A escola de Frankfurt**. São Paulo: Difel, 2002. (Apresentação à Edição Brasileira).

SZNELWAR, L. I.; MASCIA, F. L. The organisation of work based on standardisation: the question of scripts in call centers. **Human Factors in Organizational Design and Management VI**, Amsterdam, v. 1, p. 647-652, 1998.

SZNELWAR, L. I.; MASCIA, F. L.; BOUYER, G. L'empêchement au travail: une source majeure de TMS? **@ctivités**, Paris, v. 3, n. 2, p. 27-44, 2006. Disponível em: <<http://www.activites.org/v3n2/activites-v3n2.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2012.

TEIXEIRA, L. H. G. Políticas públicas de educação e mudança nas escolas: um estudo da cultura escolar. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, M. R. T. (Orgs.). **Política e trabalho na escola: administração dos sistemas de educação básica**. 2. ed. Belo Horizonte, 2001, p. 177-190.

TORRENTE, J. Réflexion d'inspiration phénoménologique du concept de travail. In: ACTES DU COLLOQUE INTERNATIONAL DE PSYCHODYNAMIQUE ET PSYCHOPATHOLOGIE DU TRAVAIL, 1977, Paris. **Proceedings...** Paris: AOCIP et GRASP, 1977.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA – UEL. **Atlas ambiental da cidade de Londrina**. Disponível em:

<<http://www.uel.br/revistas/atlasambiental/SOCIAL/Sintese.jpg>>. Acesso em: 30 out 2012.

VIEIRA, M. M. F.; CALDAS, M. F. Teoria crítica e pós-modernismo: principais alternativas à hegemonia funcionalista. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 46, n. 1, p. 59-70, 2006.

VILELA, Rita Amélia Teixeira (Coord.). **Teoria crítica da educação de Theodor Adorno e sua apropriação para análise de questões atuais sobre currículo e práticas escolares.** 2006. Disponível em: <[http://www.pucminas.br/imagedb/mestrado\\_doutorado/publicacoes/PUA\\_ARQ\\_ARQUI20120828100151.pdf](http://www.pucminas.br/imagedb/mestrado_doutorado/publicacoes/PUA_ARQ_ARQUI20120828100151.pdf)>. Acesso em: 28 ago. 2012.

WILKINSON, S. How useful are focus groups in feminist research? In: BARBOUR, R. S.; KITZINGER, J. (Ed.). **Developing focus group research: politics, theory and practice.** London: Sage, 1999. p. 64-78.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A

### Roteiro de discussão para *focus group* com professores da rede estadual de ensino em Londrina

Moderador: “Bem vindos. Meu nome é Vivian Gagliardi e este é \_\_\_\_\_, meu assistente. Gostaria de agradecer a presença de todos. Nosso tema é: Absenteísmo e afastamento do trabalho. Os resultados desta discussão serão utilizados como base de pesquisa da minha dissertação em Gestão e Sustentabilidade pela UEL. Vocês foram convidados a participar, pois tenho interesse em entender como os professores da rede pública se sentem em relação ao seu trabalho. Agora algumas orientações:

- Não há respostas certas ou erradas, apenas pontos de vista diferentes;
- Esta discussão é totalmente sigilosa e os nomes de todos os envolvidos serão substituídos por nomes fictícios na descrição da dissertação;
- Estamos gravando o áudio desta discussão. Gostaria que uma pessoa falasse de cada vez;
- Você não precisa concordar com os outros, mas você deve ouvir respeitosamente e partilhar suas opiniões;
- Se possível, gostaria que celulares fossem desligados;
- Meu papel como moderadora será o de apenas orientar a discussão.

- Por quais motivos os professores faltam às aulas?
---

- Vocês identificam uma falta de autonomia em suas práticas pedagógicas? Citem algumas situações.
---

- Como vocês se sentem em relação às regras a serem seguidas em suas práticas pedagógicas?
--

- Como tais regras e normas influenciam suas práticas pedagógicas?
--

- Como tais regras e normas influenciam sua vida particular?
--

- Você consegue perceber alguma ligação entre tais regras e normas com afastamentos médicos dos docentes?
---

- Como você se sentiria se fosse lhe dado mais autonomia em relação às suas práticas pedagógicas?
---

- Quão diferentes seriam suas práticas pedagógicas caso fosse lhe dado mais autonomia em relação às suas práticas pedagógicas (mais poder de decisão)?
--



## APÊNDICE B

### Transcrição do *focus group*

Legenda:

Mestranda: M

Professor 1: P1 – sexo masculino, 31 anos, docente há 10 anos em escolas públicas e privadas.

Professor 2: P2 – sexo feminino, 35 anos, docente há 13 anos em escolas públicas.

Professor 3: P3 – sexo feminino, 29 anos, docente há 8 anos em escolas públicas.

Professor 4: P4 – sexo feminino, 42 anos, docente há 19 anos em escolas públicas.

Professor 5: P5

M: “Bem vindos. Meu nome é Vivian Gagliardi e este é \_\_\_\_\_, meu assistente. Gostaria de agradecer a presença de todos. Nosso tema é: Absenteísmo e afastamento do trabalho. Os resultados desta discussão serão utilizados como base de pesquisa da minha dissertação em Gestão e Sustentabilidade pela UEL. Vocês foram convidados a participar, pois tenho interesse em entender como os professores da rede pública se sentem em relação ao seu trabalho. Agora algumas orientações:

- Não há respostas certas ou erradas, apenas pontos de vista diferentes;
- Esta discussão é totalmente sigilosa e os nomes de todos os envolvidos serão substituídos por nomes fictícios na descrição da dissertação;
- Estamos gravando o áudio desta discussão. Gostaria que uma pessoa falasse de cada vez;
- Você não precisa concordar com os outros, mas você deve ouvir respeitosamente e partilhar suas opiniões;
- Se possível, gostaria que celulares fossem desligados;
- Meu papel como moderadora será o de apenas orientar a discussão.

Alguém tem alguma dúvida ou questão a ser levantada antes de começarmos com as perguntas?

P1-5: Não.

M: Por que vocês decidiram seguir a carreira de docente?

P 2: Talvez pela influência da família. A minha família, 90% da parte do meu pai é professor. A maioria dá aula de 1° ao 5° ano do fundamental 1.

M: Neste contexto que fator mais te influenciou?

P2: Acho que motivação minha mesmo. Eles me influenciaram, mas foi uma escolha pessoal. Por gosto.

P1: Eu fiz o curso na faculdade sem intenção de lecionar. Eu tinha vontade de ter um curso superior para poder fazer concurso. Achei que seria melhor. Mas no segundo ano da graduação eu fiz concurso para professor do Estado e eu passei. Aí quando eu terminei a graduação o Estado me chamou para trabalhar. Eu fui ver se eu me adaptava e se eu ia gostar disso aí. E acabei ficando, acabei me adaptando e estou na área desde então.

M: De onde veio sua motivação para a carreira em tal contexto?

P1: Primeiramente foi a questão financeira mesmo. Eu trabalhava no comércio e dar aulas me daria mais estabilidade com o concurso e acabei trabalhando na área.

P4: No meu caso, foi obra do acaso. Eu queria fazer outro curso, mas na minha cidade o vestibular para direito era muito difícil e como eu tinha estudado em escola estadual, acabei fazendo vestibular para História. Eu ainda gosto das coisas voltadas à lei, à justiça e depois que eu fiz História, eu fui trabalhar no Estado, por causa da estabilidade. Eu queria ter feito Direito.

P3: Eu, na verdade, tinha o intuito de fazer pesquisa e terminar a faculdade e ir direto para a pesquisa (mestrado e doutorado), mas daí engravidei e tive que ser pé no chão e aí fui para um concurso público mesmo.

M: Vocês acham que a opção que vocês fizeram em relação à carreira tem alguma influência nas práticas de sala de aula?

P1: Eu sou uma pessoa realizada pessoalmente. A gente tem que se adaptar. Se perguntar o que te satisfaz na profissão, procurar coisas na profissão. A gente tem que procurar caminhos para se sentir realizado. Eu acho que eu consegui me satisfazer profissionalmente na área da educação.

P3: Eu também, apesar de estar fazendo a pesquisa, eu também estou fazendo pesquisa com os alunos, então de certa forma, eu acabei unindo as duas coisas e me realizando também. Mas eu ainda penso em fazer Mestrado e Doutorado e fazer pesquisa, sim.

P2: É o que eu sempre quis fazer, então...

P4: Talvez um dia ainda gostaria de tentar algo na área de direito.

M: Vocês identificam uma falta de autonomia em suas práticas pedagógicas?

P4: Ah sim, na área de história eles colocaram uns cadernos pedagógicos para a gente seguir, temáticos, o conteúdo, mas os professores de história preferiram não seguir. A gente acaba dando aula em cima daquilo que a gente acha que realmente o aluno precisa.

M: Os professores participaram do processo de produção dos cadernos temáticos?

P4: Não. Veio tudo pronto do Governo. Ninguém nos perguntou nada, só as diretrizes.

P1: É, a gente participou de uma pesquisa sobre as diretrizes, o currículo do caderno.

M: Em relação à autonomia para mudança de conteúdo das aulas e até do currículo da disciplina, o Governo dá essa liberdade para vocês?

P2: Não, é para usar o caderno (temático), mas eu faço de acordo com a minha realidade. Mas o Governo dificilmente ficaria sabendo. Não acontece.

P4: Não há uma fiscalização, assim.

P1: Eu acho que é mais um material de apoio. Não necessariamente obrigatório. Você pode procurar outros materiais.

M: Como vocês se sentem em relação às regras e normas a serem seguidas em suas práticas pedagógicas?

P4: Então, cada vez que muda o Governo eles têm essa mania de redirecionar a educação, mas os professores acabam não seguindo a cartilha do Governo. Acabam fazendo da forma que acreditam ser o correto e vai de encontro à realidade dos alunos.

P1: É, cada um tem sua formação e sua opinião também.

P4: Então, essa política governamental, muitos são contrários. Principalmente na área de Humanas, os professores acabam não seguindo as diretrizes. Mas a gente vê também em outras disciplinas.

P1: É que cada governo quer dar a sua cara na educação. Então não tem uma continuidade. Nosso problema não é nem tanto a autonomia, mas material de apoio de qualidade, material para os alunos. O que falta mais é a questão da estrutura.

P3: Eu também não sigo a cartilha do Governo não. Às vezes tem assuntos que eu tenho que debater mais em uma escola de uma região do que em outra.

P2: Em relação às normas e regras, a gente tem que seguir o PPP da escola, que é o Programa Político Pedagógico que é decido pela escola e a comunidade local, mas os pais nunca participam aqui nesta escola. No final quem acaba decidindo são os professores e pedagogos. É uma gestão democrática. Mas aqui mesmo, nesta escola não funciona.

P3: Mas o Governo tem as normas, não dá para decidir tudo.

P1: Por exemplo, eu também dou aula em escola particular, lá as regras e normas são seguidas mais de perto pelos diretores e coordenadores. Já no Estado, a gente tem mais autonomia.

P3: No Estado a gente pode definir o que é melhor para a escola ou para o aprendizado do aluno.

P1: Aqui a gente tem autonomia para criar um projeto, já na escola particular, às vezes esse projeto já vem mais elaborado.

M: Como tais regras e normas influenciam no dia-a-dia das suas práticas pedagógicas?

P2: O que nós realmente gostaríamos de fazer, nós não fazemos. Não temos respaldo para isso. Nem recurso.

P1: Falta tempo, a carga horária é excessiva. Precisaria de mais tempo para.

P3: Além do tempo, tem o recurso também. Então o que a gente imagina e o Estado propõe e fornece como suporte não batem. Os projetos e normas que o Governo propõe, muitas vezes não é cumprido por eles mesmo.

M: Você pode explicar melhor?

P3: O Governo aloca recursos financeiros, por exemplo, de acordo com a necessidade da escola. Então, se uma escola está indo bem, não precisa de tal recurso, aí os projetos e outras atividades muitas vezes param para aquela escola.

P1: Tem muito marketing político. Cada governo que entra, você nunca sabe como vai ficar. Causa insegurança.

P4: Será que vamos ter tal recurso ano que vem ou nos próximos anos? Fica sempre uma grande insegurança que passa para a sala de aula também. Instabilidade mesmo. Na sala de aula também.

M: Você consegue perceber alguma ligação entre tais regras e normas com afastamentos médicos dos docentes?

P1: Tem bastante professor substituto também.

P2: Acontece muito.

P3: Bastante.

P4: Inclusive aqui mesmo tem muito problema de voz, LER, muitas vezes psíquico, stress, depressão.

M: Como o Governo lida com estas situações de afastamento médico?

P2: Não. Fonoaudiólogo não tem disponível.

P1: Psicólogo também não. E geralmente as licenças médicas são recorrentes. A pessoa fica doente, depois fica de novo e assim vai.

P3: Mas tem que passar pela perícia toda vez que tira licença médica.

P2: Tem que ser avaliado também quando for voltar para a sala de aula. Para ver se está em condições de voltar ou não.

P1: Na verdade, isso pode acontecer com qualquer profissão, mas o professor tem uma carga alta de stress.

P2: É verdade.

P1: Só que eu trabalho em escola particular também e lá existe muito menos professores em licença médica.

M: Levando o fato de haver uma quantia considerável de professores em licença médica na escola pública estadual em Londrina, vocês conseguem fazer uma relação das licenças com algum fator específico que ocorre na escola pública?

P1: O Brasil tem uma carência de profissionais da educação. E também tem a família pode influenciar. Mas tem muito aluno em sala, muitos alunos por sala, climatização inadequada.

P2: Falta respaldo. Quando você tem mais suporte da equipe pedagógica, você se sente mais seguro em sala para cobrar do aluno, ter mais autoridade. O ambiente influencia bastante, os colegas, a acolhida.

P4: Em relação a problemas psicológicos, é mais difícil ainda porque na maioria das vezes você não consegue ver que o colega está doente e isso vai acumulando e transfere para a sala de aula. O psicológico tem mais afastamentos recorrentes. A pessoa pega mais licença. Tem muita recaída. Sala de aula é muito estressante. Os próprios alunos fazem *bullying* com os professores aí o professor acaba tendo problema. E o Governo não dá suporte, então as pessoas procuram tratamento particular. Eu pago convênio separado. Quando tem suporte, a demora é grande.

M: Como vocês se sentiriam se tivessem mais autonomia em relação às suas práticas pedagógicas?

P2: Eu acho que eu faria tipos diferentes de avaliação e também faria mais atividades de integração com as famílias.

P3: É verdade, as famílias participam pouco e elas ajudariam muito nosso trabalho e a educação dos alunos se participassem mais, se viessem na escola.

P1: Bom, eu acho que sempre há maneiras de se fazer as coisas. Às vezes não fazemos porque estamos sempre correndo, mas agora teremos a hora atividade que o governo (Estadual) vai pagar, talvez seja uma chance da gente fazer algumas coisas do tipo.

P4: Com certeza vai ajudar. Sobre a autonomia, acho que falta mesmo a gente se organizar para a gente poder contribuir mais. Não só na sala, mas na comunidade. Com certeza a hora atividade vai ser boa nesse sentido. A gente vai ter mais tempo de se dedicar à escola, ao aluno e à comunidade.

M: Vocês escolheriam a mesma profissão se tivessem que fazer essa escolha hoje?

P3: Eu faria a mesma faculdade. Mas não viria para sala de aula. Faria pesquisa

P2: Mesma área de estudo, mesma opção. Mas eu não me veria fazendo outra coisa. É meu dom.

P4: Se eu tivesse uma outra oportunidade, eu faria aquilo que eu queria fazer desde o princípio. Eu teria outra carreira. Mas a gente tem que ser feliz independente da escolha. Se adequar a ela.

P1: Eu faria concurso mesmo, mas não para carreira docente.

M: O que vocês acham da profissão de professor hoje?

P3: Desvalorizada.

P2: Nosso aluno mudou muito. Ele não é mais os alunos do século passado. Cada um vê o professor de um jeito. É difícil definir o professor hoje.



P3: É verdade.

P2: O professor é essencial. Eu sinto prazer. Eu acredito na educação. A gente tem que fazer não dá para depender do Governo.

P1: Educação é o caminho para resolver os dilemas da sociedade. Eu vejo o professor como uma pessoa muito importante. Dentro de uma escola, é a figura muito importante.

P3: Apesar de ter entrado na área sem querer, eu sempre gostei de ajudar as pessoas e ensinar, mas eu estou muito decepcionada com os alunos e a vontade mesmo é de sair, de arranjar outra coisa. Se mudasse, se os pais fossem mais presentes na educação dos filhos, talvez a gente voltasse ter mais prazer.

P4: Tem altos e baixos. O ambiente ajuda. Se os professores tivessem mais apoio, respaldo, a gente sentiria mais seguro.

P1: Os alunos nem sempre valorizam os professores.

M: Muito obrigada pela grande colaboração.

## **ANEXOS**

## ANEXO A

### Campanha Estadual de Saúde da APP 2009

CAMPANHA ESTADUAL DE SAÚDE

*Quanto vale a saúde  
de um(a) educador(a)?*

*Os(as) educadores(as) estão ficando doentes!*

**Vamos mudar este quadro!**

**SAÚDE DE QUALIDADE**

- . Reativação do IPE-SAÚDE
- . Atendimento de qualidade em todos os municípios
- . Instituição de programas de prevenção
- . Humanização das perícias médicas
- . Aprovação do PL de saúde do trabalhador

[www.app.com.br](http://www.app.com.br)

**CONDIÇÕES DE TRABALHO**

- . Redução do número de alunos por turma
- . Ampliação da hora-atividade
- . Ampliação do Porte das Escolas
- . Aquisição de equipamentos de proteção a saúde para os(as) funcionários(as)
- . Política de atendimento a acidentes e doenças adquiridas no trabalho

**EDUCADOR(A) SAUDÁVEL: EDUCAÇÃO DE QUALIDADE!**


Fonte: APP (2012).


## ANEXO B

Campanha Estadual de saúde da APP 2012

**A educação tem pressa**

**33%**  
de **Hora-**  
**atividade**  
**já!**



 saúde e qualidade para a educação.

Fonte: APP (2013)

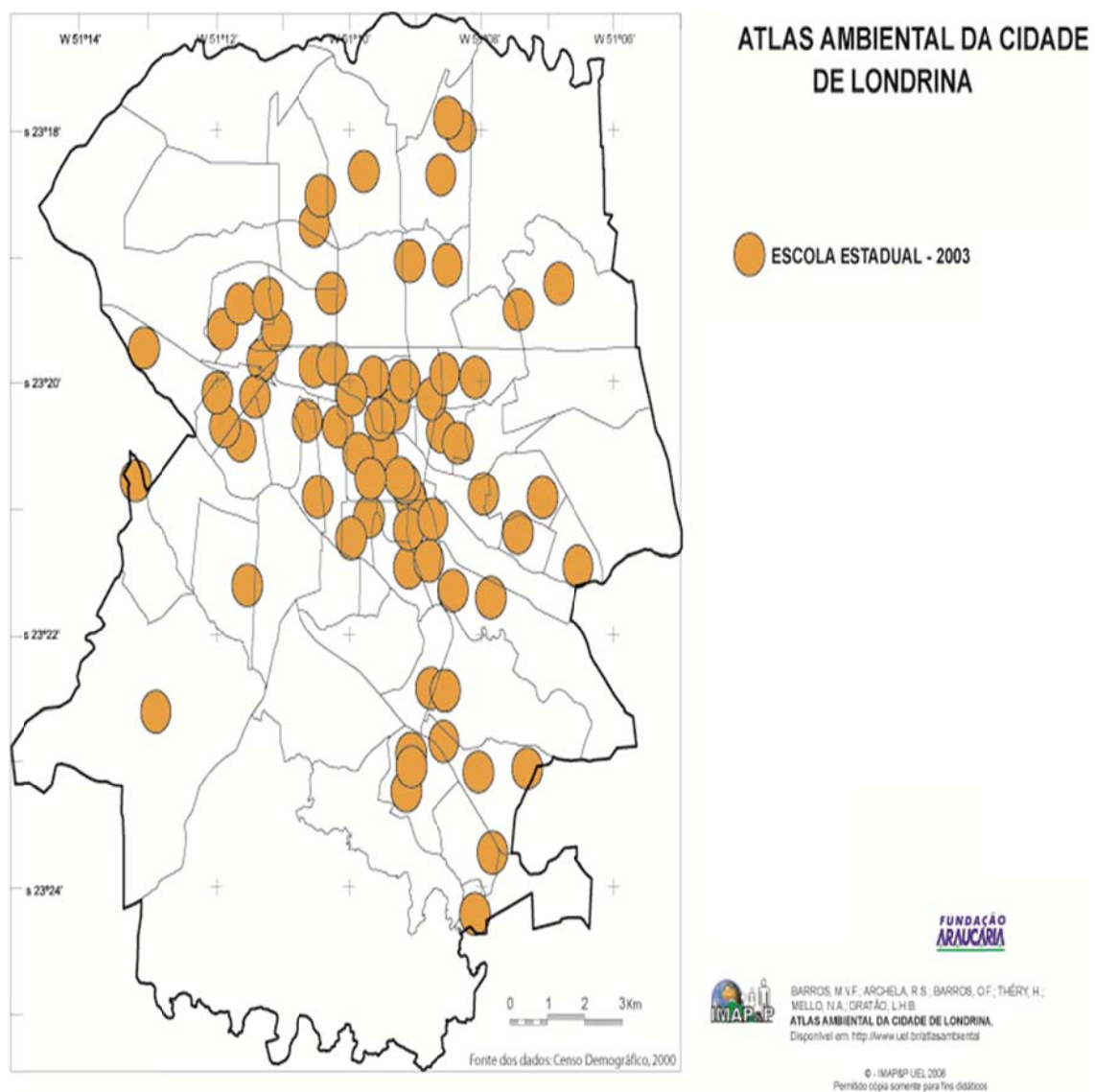
**ANEXO C**

Campanha Estadual de saúde da APP 2013

**Fonte:** APP (2013)

## ANEXO D

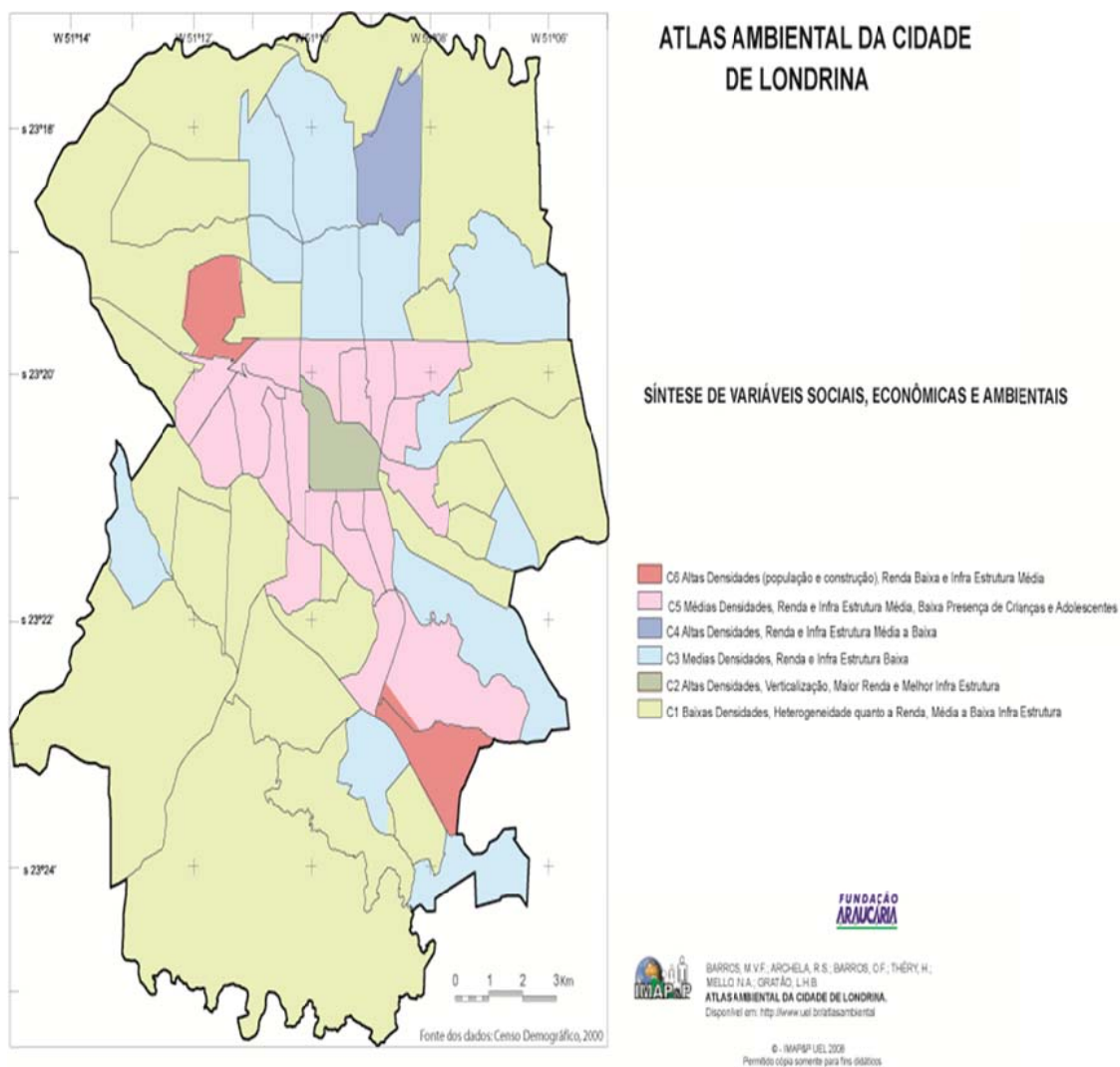
## Atlas ambiental da cidade de Londrina – Escolas Estaduais



Fonte: Universidade Estadual de Londrina (2012).

## ANEXO E

### Atlas ambiental da cidade de Londrina – Síntese de variáveis sociais, econômicas e ambientais



**Fonte:** Universidade Estadual de Londrina (2012).

**ANEXO F****Termo de sigilo**

Eu, \_\_\_\_\_, concordo em participar de uma entrevista em grupo focal (14 de dezembro de 2012/19.00/Colégio Estadual Ana Molina Garcia), com a mestranda da UEL em Gestão e Sustentabilidade Vivian Carolina Jacob Costa Gagliardi, para os fins de pesquisa sobre a satisfação dos professores da Rede Estadual em Londrina em relação ao trabalho.

Eu entendo que todas as respostas serão mantidas em sigilo estrito. Nenhum nome ou quaisquer outros identificadores individuais ou coletivos serão anexados a quaisquer citações diretas que serão reproduzidas em relatórios escritos ou verbais para fim de dissertação de mestrado.

A sessão de entrevista será gravada em áudio com o único propósito de ajudar a garantir a precisão. Os únicos indivíduos que terão acesso a tais dados serão a pesquisadora e seu orientador da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Eu também entendo que estou livre a qualquer momento para encerrar a minha participação nesta sessão de entrevista sem penalidade.

Londrina, 14 de dezembro de 2012

---

Professor.....

---

Mestranda Vivian Carolina Jacob Costa Gagliardi